



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**

CICERO WILDEMBERG MATIAS GOMES

**AGENTES, AGENDA E TERRITÓRIO À LUZ DOS REGIMES URBANOS:
expansão do porto de Natal e reassentamento da comunidade do Maruim**

**Natal/RN
2019**

CÍCERO WILDEMBERG MATIAS GOMES

AGENTES, AGENDA E TERRITÓRIO À LUZ DOS REGIMES URBANOS:
expansão do porto de Natal e reassentamento da comunidade do Maruim

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Estudos Urbanos e Regionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha

Natal/RN
2019

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI

Catálogo de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA

Gomes, Cicero Wildemberg Matias.

Agentes, agenda e território à luz dos regimes urbanos:
expansão do porto de Natal e reassentamento da comunidade do
Maruim / Cicero Wildemberg Matias Gomes. - 2019.
111f.: il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do
Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de
Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, RN, 2018.

Orientador: Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha.

1. Reassentamento Urbano. 2. Região Metropolitana de Natal.
3. Regimes Urbanos. I. Sobrinha, Maria Dulce Picanço Bentes. II.
Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 911.711.5

CICERO WILDEMBERG MATIAS GOMES

“AGENTES, AGENDA E TERRITÓRIO À LUZ DOS REGIMES URBANOS: EXPANSÃO DO PORTO DE NATAL E REASSENTAMENTO DA COMUNIDADE DO MARUIM”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em Estudos Urbanos.

Aprovada em 25 de janeiro de 2

COMISSÃO EXAMINADORA



MARIA DULCE PICANÇO BENTES SOBRINHA
(UFRN - Presidente/Orientadora)



ALEXSANDRO FERREIRA CARDOSO DA SILVA
(UFRN - Examinador Interno ao Programa)



LIVIA IZABEL BEZERRA DE MIRANDA
(UFCG - Examinadora Externa à Instituição)

NATAL/RN

2019

Dedico este trabalho aos homens e mulheres que fazem da cidade desigual seu campo de batalha de subsistência. Dedico, de forma especial, à Filomena Pereira Leite Matias (*in memoriam*), avó, mulher do Sertão e minha maior referência de luta e resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo subsídio financeiro fundamental para a realização desta pesquisa.

Ao Observatório das Metrópoles onde esta dissertação se insere. Especialmente agradeço à professora Maria do Livramento Miranda Clementino, coordenadora do INCT Observatório das Metrópoles – Núcleo RMNatal, pelo acolhimento na base de pesquisa, desde o primeiro dia de aula na pós-graduação. Ressalto o seu compromisso, cuidado e zelo com a pesquisa e com os pesquisadores que fazem parte do núcleo.

À professora Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha, minha orientadora, agradeço pelos vários diálogos que guiaram o processo de elaboração da dissertação. Além disso, agradeço por todos os momentos de ensinamento, pela confiança, e por me fazer acreditar mais ainda, através de sua prática docente, que a educação é a porta para o desenvolvimento pessoal e coletivo.

Ao professor Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva, agradeço pelas inúmeras e essenciais conversas, formais e informais, nas salas e nos corredores. Agradeço, além de tudo, pelos ensinamentos, pela confiança depositada e pelos inúmeros e intermináveis questionamentos - hoje compreendo melhor a importância deles à luz do processo de construção da ciência.

Agradeço à Professora Livia Miranda pelas relevantes contribuições ao trabalho. Agradeço por acompanhar o trabalho desde o exame de qualificação. É uma honra, para mim, tê-la como integrante da banca de defesa junto aos demais professores.

Agradeço aos meus pais, Marta Matias e Cicero Gomes, e aos meus irmãos, Monnik Matias e Brenno Matias, por todo amor incondicional e compreensão.

À minha tia, Mércia Leite Matias, e ao seu esposo Ailton Pereira, agradeço de modo especial por todo o apoio. Saibam que vocês são parte importante dessa história e sou eternamente grato pelo carinho, preocupação e cuidado.

Ao meu primo, Eduardo Pereira, companheiro de apartamento, agradeço por tornar os dias e as noites mais leves e menos entediadas através das brincadeiras, risadas e diálogos durante esses dois anos.

Agradeço aos amigos e, de modo especial, aqueles que tive a honra de conhecer durante as atividades da Pós-graduação. Destaco Gabriel, Gaby, Érica, André, Alenuska, Aline Juliete, Rylan, Bruno, Huda, Matheus, Luana, Rebeca e Cadmiel.

De modo especial, agradeço à Ariane Rochelle Mendonça, amiga de longas datas, pelos momentos únicos, pelo compartilhar de dias bons e ruins, quentes e frios. Obrigado por suas palavras, sempre certas, e por, sobretudo, acreditar em mim.

Agradeço aos entrevistados por toda contribuição dada. Agradeço aos professores e técnicos do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. De modo especial, agradeço à Rosângela por ser tão atenciosa enquanto responsável pela secretaria do PPEUR.

Por fim, e não menos importante, agradeço carinhosamente a todos e todas que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização da pesquisa e/ou me apoiaram durante esses dois últimos anos de formação acadêmica.

Será que nunca faremos senão confirmar
A incompetência da América católica
Que sempre precisará de ridículos tiranos
Será, será, que será?
Que será, que será?
Será que esta minha estúpida retórica
Terá que soar, terá que se ouvir
Por mais zil anos?

Enquanto os homens exercem
Seus podres poderes
Índios e padres e bichas
Negros e mulheres
E adolescentes
Fazem o carnaval

(Trecho da música "Podres Poderes" de Caetano Veloso)

RESUMO

A pesquisa apresenta como tema a reestruturação em áreas portuárias urbanas e a habitação social, com foco nas relações de poder estabelecidas em um território em disputa. Dessa forma, de modo empírico, é apresentado o caso do Porto de Natal que – há décadas – disputava uma fração do território constituído historicamente pela comunidade do Maruim, às margens do Rio Potengi, resultando no reassentamento dessa comunidade para o residencial São Pedro, em 2016. Esta pesquisa encontra-se vinculada ao projeto “Caracterização dos Regimes Urbanos das Metrôpoles Brasileiras”, desenvolvido pelo INCT Observatório das Metrôpoles através do programa “As Metrôpoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano - 2015-2020”. Dessa forma, conforme referencial teórico-conceitual discutido pelo grupo que compõe o Núcleo RMNatal do Observatório das Metrôpoles, a ideia dos Regimes Urbanos apresenta-se aqui como a vertente de análise desta pesquisa, revelando possibilidades de atuação da população afetada e algum grau de articulação ou arranjo modificador do processo final de disputa do referido território. Considera-se como objeto de estudo a ação dos grupos que conduziram o projeto de expansão do porto de Natal e o reassentamento da comunidade do Maruim e, nesse sentido, o objetivo geral consiste em compreender as diferentes estratégias desses grupos de pressão que conduziram o projeto de expansão do porto e o reassentamento do Maruim, visando caracterizar a coalizão formada com base nos agentes envolvidos e as práticas de reestruturação físico-territorial postas à área histórica e portuária do bairro da Ribeira. Esta pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo e utiliza, como método, o estudo de caso do tipo único como estratégia de investigação. Para isso, como universo de estudo foi delimitada a experiência da comunidade do Maruim e do Porto de Natal no período entre 1997 (início das solicitações de regularização de áreas de interesse do Porto de Natal pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte) e 2016 (quando ocorre o reassentamento da comunidade do Maruim para o residencial São Pedro, localizado no bairro Ribeira, Natal/RN). Os resultados obtidos sinalizaram a existência de grupos de poder, capazes de articularem-se informalmente, utilizando suas estratégias e ferramentas com base em seus recursos e interesses, possibilitando a leitura de uma coalizão onde agentes do Estado, ao relacionarem-se com agentes com interesses pró-mercado, mostraram-se atores relevantes na resolução do conflito.

Palavras-chave: Porto de Natal. Reassentamento Urbano. Comunidade do Maruim. Região Metropolitana de Natal. Regimes Urbanos.

ABSTRACT

The research focuses on the restructuring of urban port areas and social housing, focusing on the power relations established in a disputed territory. Thus, in an empirical way, the case of the Port of Natal is presented, which - for decades - disputed a fraction of the territory historically constituted by the Maruim community, on the edges of the Potengi River, resulting in the resettlement of this community for the residential São Pedro, in 2016. This research is linked to the project "Caracterização dos Regimes Urbanos das Metrôpoles Brasileiras", developed by the INCT Observatório das Metrôpoles, through the program "As Metrôpoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano - 2015-2020". Thus, based on the theoretical-conceptual framework discussed by the group that makes up the RMNatal Nucleus of the Observatório das Metrôpoles, the idea of Urban Regimes is presented here as the analysis part of this research, revealing possibilities of action of the affected population and some degree of articulation or modifying arrangement of the final process of dispute of said territory. It is considered as object of study the actions of the groups that led the project of expansion of the port of Natal and the resettlement of the Maruim community and, in this sense, the general objective is to understand the different strategies of these pressure groups that led the port expansion project and the resettlement of Maruim aiming to characterize the coalition formed based on the agents involved and the practices of physical-territorial restructuring put to the historical and port area of the district of Ribeira. This research is characterized as a qualitative study and uses as a method the case study of the single type as a research strategy. For this, as a study universe, the experience of the community of Maruim and the Port of Natal was delimited in the period between 1997 (beginning of requests for regularization of areas of interest of the Port of Natal by the Companhia Docas do Rio Grande do Norte) and 2016 (when the resettlement of the community of Maruim occurs to the residential São Pedro, located in the district Ribeira, Natal/RN). The results obtained indicate the existence of power groups, able to articulate informally, using their strategies and tools based on their resources and interests, making it possible to read a coalition where State agents, when dealing with agents with pro-market interests, were relevant actors in resolving the conflict.

Keywords: Port of Natal. Urban Resettlement. Community of Maruim. Natal Metropolitan Region. Urban Regimes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa de localização do Porto de Natal.....	39
Figura 2:	O porto de Natal e seus limites	40
Figura 3:	Imagens históricas do Porto de Natal na primeira metade do século XX	41
Figura 4:	Zona especial Portuária – ZEP e suas subzonas.....	42
Figura 5:	Expansão do Berço 04 do Porto de Natal	45
Figura 6:	Registro fotográfico da área de construção do berço 4.....	46
Figura 7:	Projeto do terminal portuário na margem esquerda do Rio Potengi	48
Figura 8:	Áreas de Armazenagem de carga do Porto de Natal	49
Figura 9:	Registros fotográficos históricos da comunidade do Maruim	51
Figura 10:	Evolução da comunidade do Maruim entre 1984 e 2002	52
Figura 11:	Estado civil dos moradores do Maruim em 2006	53
Figura 12:	Natureza dos imóveis na comunidade do Maruim em 2006.....	54
Figura 13:	Existência de algum tipo de documento referente à casa ou terreno	54
Figura 14:	Tipos de documentos existentes	55
Figura 15:	Tempo de moradia dos moradores da comunidade	55
Figura 16:	Renda dos Moradores da Comunidade do Maruim.....	56
Figura 17:	Prioridade de intervenção na comunidade do Maruim	56
Figura 18:	Diagrama de processo baseado no conflito fundiário entre o porto e Maruim .	60
Figura 19:	Área do conflito fundiário em 2008	61
Figura 20:	Imagem 1 das demolições na antiga área ocupada pela comunidade	69
Figura 21:	Imagem 2 das demolições na antiga área ocupada pela comunidade	69
Figura 22:	Localização da Colônia de pesca em sua área de origem	70
Figura 23:	Fachada da Colônia de pesca em sua área de origem	72
Figura 24:	Placa sinalizando as obras de urbanização da área	72
Figura 25:	Mercado do Peixe (Canto do mangue)	73
Figura 26:	Bar do Pernambuco (Canto do Mangue)	73
Figura 27:	Ancoradouro de Pesca (Canto do Mangue).....	74
Figura 28:	Praça do Canto do Mangue	74
Figura 29:	Presença de Sal próximo às casas da comunidade do Maruim	76
Figura 30:	Área de lazer do Residencial São Pedro	79
Figura 31:	Grafite artístico em parede do Residencial São Pedro.....	79
Figura 32:	O bairro da Ribeira e seu traçado urbano	88
Figura 33:	Mapa de localização do Residencial São Pedro	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Relação entre objetivos específicos e procedimentos adotados	24
Quadro 2:	Tipologia dos regimes urbanos	31
Quadro 3:	Elementos de análise da coalizão.....	36
Quadro 4:	Caracterização da participação dos agentes	81

LISTA DE SIGLAS

AEIS: Área Especial de Interesse Social

AERU: Área Especial de Recuperação Urbana

APMC: Administração do Porto de Maceió

CERNE: Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia

CODERN: Companhia Docas do Rio Grande do Norte

CONCIDADES: Conselho das Cidades

DARQ: Departamento de Arquitetura

DPP: Departamento de Políticas Públicas

FNHIS: Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FUNPEC: Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura

GEHAU: Grupo de Estudos em Habitação, Arquitetura e Urbanismo

GRPU: Gerência Regional do Patrimônio da União

IDEMA: Instituto de Defesa do Meio Ambiente

IMO: International Maritime Organization

INCT: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

IPHAN/RN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LABTRANS: Laboratório de Transportes e Logística

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PDZ: Plano de Desenvolvimento e Zoneamento

PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida

PMN: Prefeitura Municipal do Natal

PPEUR: Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e

PPGECA: Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental

PRAC: Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais

RIP: Registro Imobiliário Patrimonial

RMNatal: Região Metropolitana de Natal

RN: Rio Grande do Norte

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa

SEHARPE: Secretaria Municipal de Habitação, Regularização e Projetos Estruturantes

SEMPLA: Secretaria Municipal de Planejamento

SEMSUR: Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

SEMTAS: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social

SEMURB: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

SEP/PR: Secretaria de Portos da Presidência da República

SPU/RN: Superintendência do Patrimônio da União no Rio Grande do Norte

SZ1: Subzona de Atividades Portuárias

SZ2: Subzona de Atividades Múltiplas

TERMISA: Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte

UERN: Universidade do Estado do Rio Grande Do Norte

UFCG: Universidade Federal de Campina Grande

UFRN: Universidade Federal do Rio Grande Do Norte

UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina

ZEP: Zona Especial Portuária

ZEPH: Zona Especial de Preservação Histórica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Notas metodológicas.....	20
1 TEORIA DOS REGIMES URBANOS: natureza, evolução, e eixos de análise.....	25
1.1 Elitismo, Pluralismo e a Máquina de Crescimento: pensamentos anteriores à ideia de Regimes urbanos.....	26
1.2 Definição da ideia de Regime Urbanos	29
1.3 Aplicação do modelo de análise dos Regimes Urbanos fora do contexto estadunidense.....	33
1.4 Elementos de análise da coalizão: aproximações a partir das relações entre porto de Natal e Comunidade do Maruim.....	35
2 O PORTO DE NATAL E A COMUNIDADE DO MARUIM: ATIVIDADES, INTERESSES E TENSÕES	38
2.1 O Porto de Natal: breve história e notas sobre sua relevância econômica.....	38
2.2 Os projetos de expansão do Porto de Natal	44
2.2.1 Projeto de construção do berço 04	45
2.2.2 Ampliação do Porto de Natal na margem esquerda do Rio Potengi.....	47
2.2.3 Ampliação da área de armazenagem.....	49
2.3 Comunidade do Maruim: aspectos históricos e socioespaciais	51
3 CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO FUNDIÁRIO URBANO: IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES E SUAS ESTRATÉGIAS.....	59
3.1 Caracterização do conflito fundiário urbano	59
3.2 “Terra é Poder”: relações entre CODERN e Superintendência do Patrimônio da União do RN (SPU/RN).....	62
3.3 Mecanismos da Gestão Municipal para a resolução do conflito: a participação da Prefeitura de Natal	65
3.4 Resistência da Colônia de Pescadores no território em disputa	70

4 ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES DOS AGENTES E DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS	80
4.1 Caracterização dos agentes e suas relações e a formação da coalizão	80
4.2 Transformações socioespaciais	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS	92
ANEXO I – CARTA DA CODERN À SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – BRASÍLIA/DF	
96	
ANEXO II – CARTA DA UFRN À GRPU/RN	97
ANEXO III – OFÍCIO DA GRPU/RN À UFRN.....	98
ANEXO IV– RESUMO DE REUNIÃO	99
ANEXO V – RELAÇÃO DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NA COMUNIDADE DO MARUIM PELA GRPU/RN	101
APÊNDICE I - DADOS BÁSICOS DOS IMÓVEIS CADASTRADOS PELA GRPU/RN.....	102

INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa trazemos como tema a reestruturação em áreas portuárias urbanas e a moradia social, com foco nas relações de poder estabelecidas em um território em disputa. A lógica de expansão econômica das áreas portuárias exige do território modificações que impactam outros segmentos e setores da sociedade, em especial a moradia social de população vulnerável contígua a essas áreas. As formas, limites e constrangimentos desse relacionamento (econômico versus social) define um campo de disputas no e pelo espaço portuário que pode gerar efeitos sociais adversos. Entretanto, a vertente analítica desta proposta revela que há possibilidades de atuação da população afetada que permite algum grau de articulação ou arranjo modificador do processo final.

De modo empírico, trazemos o caso da comunidade Maruim (Região Administrativa Leste de Natal), recentemente reassentada, e que – há décadas – disputava uma fração do território às margens do Rio Potengi. A “solução” engendrada só foi possível mediante mudanças nas práticas tradicionais de reassentamento da moradia social, levando o porto de Natal e a comunidade a estabelecerem um canal de negociações (mediadas) quanto a este território em disputa. Quais elementos foram fundamentais para isso? Foi uma relação equilibrada? E o poder público, que papel exerceu nesse processo? É possível avaliar perdas e ganhos nessa articulação? Que território disputado é este?

O Porto de Natal localiza-se no bairro da Ribeira, Região Administrativa Leste de Natal/RN, fazendo fronteira com a área correspondente a Comunidade do Maruim, o largo da Rua Chile, os clubes de remo e o Rio Potengi. O debate sobre a construção de um porto em Natal data do século XIX, porém sua construção foi iniciada em 1922 e, posteriormente, uma década após, foram iniciadas suas atividades através do decreto nº 21.995 que trata sobre sua administração e exploração. Inicialmente administrado pela União, apenas 1983 o Porto de Natal passou a ser dirigido pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN. O porto desempenha importante papel para a economia local considerando sua típica característica na exportação de frutas e, além disso, sua oferta de linha com destino direto para a Europa. Como já mencionado, o Porto de Natal, apoiado no objetivo de expansão de

sua área, disputava uma fração do território às margens do Rio Potengi e uma das áreas de seu interesse correspondia a área referente à Comunidade do Maruim.

Por sua vez, a comunidade do Maruim caracteriza-se como comunidade tradicional pesqueira que iniciou seu processo de ocupação em 1940, também à margem do Rio Potengi, destacando a Colônia de Pesca como o marco de sua ocupação. O Rio Potengi e a atividade pesqueira tornaram-se, ao longo dos anos, símbolos indissociáveis da tradicional comunidade, além de ser base econômica para o sustento das famílias que ali viviam. O Plano de Reabilitação de Áreas urbanas Centrais - PRAC/RIBEIRA aponta que a comunidade do Maruim e o Porto de Natal, ocuparam áreas da União localizadas às margens do Rio Potengi e, portanto, apresentaram conflitos. No entanto, ao longo do tempo, o Porto de Natal e comunidade do Maruim adquiriram direitos para requisitar sua regularização fundiária junto ao Patrimônio da União.

Considerando a implantação de projetos de infraestrutura e equipamentos urbanos através de incentivos governamentais, principalmente nos últimos 15 anos, observa-se uma diversidade de iniciativas na Região Metropolitana de Natal como, por exemplo, a construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante, O Estádio Arena das Dunas, a intervenção no Porto de Natal, entre outras.

De acordo com dados apresentados no site da Prefeitura Municipal de Natal, há longos oito anos, em 2009, foi assinado um protocolo de corporação federativa entre o Governo Federal e a Prefeitura de Natal. Este documento garantiu a inclusão das obras de remoção da comunidade do Maruim no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (NATAL, 2009). O PAC é um programa criado em 2007 pelo, na época, Presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, e teve sua segunda etapa iniciada em 2011, no governo da Presidenta Dilma Rousseff. O programa é "constituído de medidas de estímulo ao investimento privado, ampliação dos investimentos públicos em infra-estrutura e voltadas à melhoria da qualidade do gasto público e ao controle da expansão dos gastos correntes no âmbito da Administração Pública Federal" (BRASIL, 2007).

Nesse período, o investimento do PAC em Natal correspondeu a R\$ 12 milhões, que foram oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), contemplando a segunda etapa do projeto que envolvia o reassentamento da favela do Maruim, investimentos nas comunidades São José do Jacó, do bairro das Rocas, e Sopapo, área pertencente ao bairro de Mãe Luiza, Natal/RN.

Destaca-se que a solução adotada em relação à comunidade do Maruim se diferenciou de outros reassentamentos ocorridos na cidade de Natal, nos quais a população foi deslocada para as áreas periféricas como, por exemplo, o caso da favela do Fio, da favela do Alemão, do Baldo, entre outras¹.

O reassentamento da comunidade do Maruim para o entorno da Zona Portuária foi viabilizado por meio de uma coalizão de grupos de interesse (comunidade-governo-empresa), baseados em uma disputa territorial e redefinição das áreas de ocupação urbana, por meio de ações colaborativas e não conflitivas. Esse processo é inovador, do ponto de vista da gestão social da moradia em Natal. Considerando o exposto, questiona-se: como a ação dos grupos que conduziram o projeto de expansão do Porto de Natal influenciaram o reassentamento da comunidade do Maruim e as transformações do território portuário e pesqueiro das margens do Potengi?

Os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa sustentam-se na relação entre o poder nas cidades e a produção do espaço, destacando princípios da literatura sobre os regimes urbanos, a partir das contribuições e discussões realizadas, por exemplo, por Clarence Stone, Antònia Casellas, Eduardo Marques, Mossberger e Stoker. Torna-se importante destacar que, nesta pesquisa, o regime urbano será compreendido como método de análise e não como uma teoria², levando em conta, por exemplo, sua capacidade de possibilitar a leitura da economia política local e a de apresentar mecanismos de poder político na cidade.

O debate sobre o poder na cidade na perspectiva dos regimes urbanos partiu de uma literatura concentrada fortemente nos estudos anglo-saxões, em especial nas cidades estadunidenses na década de 1980. A abordagem teórica dos regimes

¹ Apesar desses investimentos verificados em 2009, o reassentamento da Comunidade do Maruim só ocorreu em 2016 colocando as possibilidades de expansão do Porto de Natal com efeitos sobre as transformações territoriais da orla do rio Potengi. Sendo assim, decorreram 9 anos para que a CODERN obtivesse o êxito no reassentamento da comunidade, o que ocorreu de acordo com as condições apresentadas pela comunidade, uma vez que o Condomínio São Pedro (atual domicílio dos moradores do Maruim) se localiza na Ribeira. O condomínio apresenta um distanciamento de aproximadamente 600 metros do local de origem da comunidade (cf. ROCHA, 2017, p.17).

² Existe um debate que apresenta as diferenças entre duas formas de abordagens dos regimes urbanos no desenvolvimento de estudos sobre a cidade: *Urban Regimes Analysis* (Casellas, 2006) e *Urban Regimes Theory* (Mosseberger e Stoker, 2001). O debate gira em torno de possíveis limitações encontradas a depender do contexto social e econômico pesquisado (Cf. SILVA; CLEMENTINO; ALMEIDA, 2017, p.5).

urbanos consiste em uma forma de análise relacionada com a teoria política (quando trata de questões relacionadas aos conceitos de Poder) e Economia Política crítica.

Sendo assim, deve-se considerar que a ideia de regimes urbanos, quando migrado ao contexto dos países latino americanos, se deu de forma mais exploratória ou de modo articulado com outras vertentes analíticas, como o da teoria da Regulação (LAURIA, 1997, apud SILVA; CLEMENTINO; ALMEIDA, 2017, p.5).

Entende-se por regimes urbanos a abordagem de análise que permite compreender as coalizões de base local, formadas através da articulação de grupos de interesse (não necessariamente formais) com algum poder de decisão ou pressão, com capacidade de direcionar uma agenda de transformações na cidade, podendo ser essa agenda articulada com um projeto de desenvolvimento econômico no e do urbano. (SILVA; CLEMENTINO; ALMEIDA, 2017, p.8). Levando isso em consideração, cabe destacar que esses arranjos configuram uma coalizão formada com base na articulação entre órgãos públicos e grupos empresariais. Sobre essas coalizões e sua relação com Teoria dos Regimes Urbanos, Lauria (1997, p.2) aponta que:

Coalizões pró-crescimento são vistas como uma das políticas de coalização que podem fazer as cidades ascenderem e precisam ser hegemônicas para um período largo de tempo para ser um regime corporativo. Ao mesmo tempo, empresarialismo é visto como uma das possibilidades da liderança tomar para si as políticas e a burocracia governamental. Assim, a Teoria dos Regimes Urbanos pergunta como e sob quais condições os diferentes tipos de coalizões governamentais emergem, consolidam-se e tornam-se hegemônicas e se transformam (LAURIA, 1997, p.2).

Portanto, como suporte teórico, enxerga-se como necessário para a compreensão do conceito de regimes urbanos adentrar nos campos da Teoria Política (pois aborda questões como a distribuição do poder na cidade), dos Estudos da Economia (compreensão sobre o crescimento e desenvolvimento econômico) e dos Estudos Urbanos (levando em conta as questões referentes à dinâmica urbana e territorial).

Considera-se como objeto de estudo a ação dos grupos que conduziram o projeto de expansão do Porto de Natal e o reassentamento da comunidade do Maruim, provocando transformações territoriais na área histórica da Ribeira.

Nesse sentido, o objetivo geral consiste em compreender as diferentes estratégias desses grupos de pressão que conduziram o projeto de expansão do porto de Natal e o projeto de reassentamento do Maruim, visando caracterizar a coalizão formada com base nos agentes envolvidos e as práticas de reestruturação físico-territorial postas à área histórica e portuária do bairro da Ribeira. Para tanto, os objetivos específicos, buscam:

- a) Identificar os agentes que conduziram o projeto de expansão do Porto de Natal e o reassentamento da Comunidade do Maruim;
- b) Conhecer as formas de participação e a agenda desses agentes, vis à vis os conflitos políticos, institucionais ou sociais engendrados;
- c) Identificar as modalidades de organização da coalizão, envolvendo agentes e estratégias;
- d) Identificar e caracterizar a ação das coalizões sobre o território situado às margens do rio Potengi;
- e) Contribuir para o entendimento sobre os Regimes Urbanos em Natal-RN, através da análise da formação de coalizão.

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu através das discussões realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa da Rede Observatório das Metrôpoles - Núcleo RMNatal. Dessa forma, encontra-se vinculada ao projeto “Caracterização dos Regimes Urbanos das Metrôpoles Brasileiras” (linha de pesquisa: Direito à Cidade, Cidadania e Governança Urbana/Estratégias Metropolitanas para o Direito à Cidade e o Desenvolvimento Urbano), pertencente ao programa INCT 2015-2020 - “As Metrôpoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano”, desenvolvido no âmbito do Observatório das Metrôpoles.

Percebeu-se, assim, a importância do tema, considerando as questões empíricas que carecem de uma mais clara compreensão para os estudos sobre a reestruturação do espaço urbano com base na distribuição do poder na cidade e, além disso, da necessidade em abordar e aplicar as questões teóricas relacionadas ao conceito de regimes urbanos dentro da realidade latino-americana. Além disso, cabe mencionar que o projeto de expansão do Porto de Natal apresenta-se como uma das ações de desenvolvimento identificada na proposta de pesquisa desenvolvida pela equipe de pesquisadores do Núcleo do Observatório das Metrôpoles RMNatal. Com

base nas discussões realizadas pela equipe de pesquisadores da rede, é visto, enquanto um dos objetivos da pesquisa nacional, o estabelecimento de estudos de casos particulares que possam revelar as possibilidades de existência das coalizões informais de acordo com as discussões teórico-metodológicas acerca dos regimes urbanos nas metrópoles brasileiras, incluindo a RMNatal.

Acredita-se, dessa forma, que a temática desta pesquisa, por possuir direta relação com as questões abordadas pelo projeto desenvolvido pelo Núcleo RMNatal, trará contribuições ao grupo de pesquisa do observatório das Metrópoles, levando em conta a apresentação de dados e os relatórios de pesquisa desenvolvidos, possibilitando a formação de debates pertinentes ao tema.

Notas metodológicas

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, considerando como método de investigação o Estudo de Caso. Dessa forma, o desenho metodológico desta pesquisa foi desenvolvido com base na discussão epistemológica apresentada por Mossberger e Stoker (2001), John W. Creswell (2014), Robert K. Yin (2001).

Inicialmente, é importante ressaltar as considerações de Mossberger e Stoker (2001) sobre a metodologia da pesquisa na perspectiva dos regimes urbanos. Os autores apontam que este tipo de abordagem exige uma metodologia de Estudo de Caso, e, dessa forma, apontam sobre a “necessidade de consistência na conceituação para poder comparar ou integrar os resultados de estudos de caso conduzidos em várias cidades (MOSSBERGER e STOKER, 2001, p. 814, traduzido pelo autor). Nesta pesquisa o estudo de caso é definido como o método de pesquisa adotado, ou seja, a estratégia de pesquisa que norteou a escolha das ferramentas de análise. No entanto, antes de apresentar o quadro de ferramentas metodológicas adotadas nesta investigação, cabe ainda ressaltar a relação entre a pesquisa qualitativa e o estudo de caso - compreendido aqui como um dos métodos adotados no âmbito da pesquisa qualitativa (Cf. CRESWELL, 2014).

A pesquisa qualitativa exige ações específicas ao considerar, por exemplo, o comprometimento do pesquisador com o tempo de atividades em campo, na coleta de dados, assim como no engajamento no processo de análise das informações alcançadas. De acordo com Creswell (2014, p.49):

A pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Para estudar esse problema, os pesquisadores qualitativos usam uma abordagem qualitativa de investigação, a coleta de dados em um contexto natural sensível às pessoas e aos lugares em estudo e a análise dos dados que é tanto indutiva como dedutiva e estabelece padrões ou temas. O relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e interpretação do problema e a sua contribuição para a literatura ou um chamado à mudança (CRESWELL, 2014, p.49).

Yin (2001, p.29) aponta ainda a existência de preconceitos tradicionais em relação ao estudo de caso e mostra que existe possibilidade de confusão na distinção entre “o ensino do estudo de caso com a pesquisa do estudo de caso”. Além disso é alertado sobre a diferença entre estratégia de estudo de caso e a "pesquisa qualitativa", o que em outras palavras significa dizer que existe uma distinção entre o modelo de abordagem de uma pesquisa, onde, baseado em Creswell (2010) pode ser qualitativa, quantitativa ou de método misto; e o modelo de estratégia de pesquisa, onde considera-se o estudo de caso um dos muitos métodos que podem ser definidos. Yin, (2001) defende que o estudo de caso não deve ser considerado uma tática para coleta e análise de dados, pois esta estratégia compreende um método que abrange tudo - com a lógica de planejamento incorporando abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. ” (YIN, 2001, p.33). Por fim, é definido o estudo de caso sob duas perspectivas, o escopo de um estudo de caso e o conjunto de características técnicas, como descrito a seguir:

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001, p.32).

A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001, p.32-33).

Foi delimitado como universo de estudo desta pesquisa a experiência da comunidade do Maruim e do Porto de Natal entre o período correspondente ao início

das solicitações de regularização de áreas de interesse do Porto de Natal, pela CODERN em 1997, até a finalização do processo de reassentamento da comunidade do Maruim em 2016.

Os procedimentos metodológicos dividem-se em três etapas baseadas nos objetivos específicos da pesquisa. A primeira etapa consiste em coletar dados na base de dados do Observatório das Metrópoles - Núcleo RMNatal, assim como realizar buscas através em pesquisas recentes (Repositório da UFRN, da UERN e demais instituições que permitam a busca), levantamento de dados em campo (Secretarias municipais, CODERN, entre outros), e pesquisa em jornais e boletins setoriais - impressos e virtuais.

A segunda etapa consiste na realização de entrevistas com representantes dos grupos, incluindo aqueles identificados através da pesquisa documental. Por fim, a terceira etapa consiste em, com base na análise da pesquisa documental e na análise das entrevistas realizadas, realizar um diagnóstico acerca das ações das coalizões sobre o território, buscando uma caracterização espacial da área em discussão. No final deste tópico é apresentado um quadro que orientam o caminho metodológico traçado nesta pesquisa (Quadro 1), apontando a relação entre os objetivos específicos e os procedimentos metodológicos, ferramentas e técnicas de coleta e análise.

Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no espaço físico correspondente ao laboratório do Observatório das Metrópoles (Núcleo RMNatal , localizado no Departamento de Políticas Públicas (DPP) da Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN), onde é possibilitado ao pesquisador um ambiente acadêmico adequado com suporte institucional, instalações físicas adequadas, equipamentos e *softwares*³ necessários para o desenvolvimento deste estudo.

Além do Núcleo do Observatório das Metrópoles, foi considerada a instalação física do Grupo de Estudos em Habitação, Arquitetura e Urbanismo (GEHAU), pertencente ao Departamento de Arquitetura da UFRN.

À luz do exposto, além desta INTRODUÇÃO, a pesquisa subdivide-se em quatro capítulos, mais CONSIDERAÇÕES FINAIS, organizados da seguinte forma:

³ O conceito de regimes urbanos aponta uma necessidade de analisar, além dos temas relacionados ao poder e economia na cidade, questões no âmbito da espacialidade. Dessa forma, os mapas desenvolvidos pelo autor foram elaborados através do uso de softwares específicos como o ArcGIS e o Google Earth Pro.

Capítulo I- TEORIA DOS REGIMES URBANOS: natureza, evolução, e eixos de análise - possui a finalidade de resgatar a natureza da teoria dos regimes urbanos, considerando aspectos históricos de construção da teoria, assim como trazendo alguns elementos de discussão sobre sua aplicabilidade dentro e fora da realidade dos EUA; Capítulo II - O PORTO DE NATAL E A COMUNIDADE DO MARUIM: atividades, interesses e tensões - apresenta a caracterização do Porto de Natal e da Comunidade do Maruim, apresentando suas principais atividades, os interesses que fomentaram o conflito fundiário urbano e as tensões que induziram a formação das coalizões; Capítulo III – CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO FUNDIÁRIO URBANO: identificação dos agentes e suas estratégias – visa apresentar, o processo de formação das coalizões, os agentes que participaram do processo e suas estratégias durante o processo de negociação. Por fim, o Capítulo IV – ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES DOS AGENTES E DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS – apresenta a análise dos dados coletados, apresenta o mapa da coalizão e ação dos agentes sobre o território através de uma análise das transformações territoriais na área em estudo. As CONSIDERAÇÕES FINAIS expõem os comentários finais do autor sobre a pesquisa, considerando o desenvolvimento do trabalho considerando suas etapas, as limitações encontradas e os desafios postos às futuras pesquisas que poderão ser desenvolvidas na perspectiva do tema em questão.

Quadro 1: Relação entre objetivos específicos e procedimentos adotados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PROCEDIMENTOS ADOTADOS, FERRAMENTAS E TÉCNICAS
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os agentes que conduziram o projeto de expansão do Porto de Natal e o reassentamento da Comunidade do Maruim; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa e análise bibliográfica e documental na base de dados do Observatório das Metrópoles - Núcleo RMNatal; em pesquisas recentes (Repositório da UFRN, da UERN e demais instituições que permitam a busca, além das pesquisas em jornais e boletins setoriais - impressos e virtuais. ▪ Entrevistas semiestruturadas com representantes dos grupos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer as formas de participação e a agenda desses agentes, vis à vis os conflitos políticos, institucionais ou sociais engendrados; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa e análise bibliográfica e documental na base de dados do Observatório das Metrópoles - Núcleo RMNatal; em pesquisas recentes (Repositório da UFRN, da UERN e demais instituições que permitam a busca, além das pesquisas em jornais e boletins setoriais - impressos e virtuais. ▪ Entrevistas semiestruturadas com representantes dos grupos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar as modalidades de organização da coalizão, envolvendo agentes e estratégias; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas semiestruturadas com representantes dos grupos;
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar e caracterizar a ação das coalizões sobre o território situado às margens do rio Potengi; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrevistas semiestruturadas com representantes dos grupos; Análise e confecção de mapas através de softwares especializados, para fins de representação e análise espacial; ▪ Análise de planos e projetos urbanísticos; ▪ Observação em campo e registros fotográficos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuir para a identificação e entendimento sobre os Regimes Urbanos em Natal-RN, através da análise da formação de coalizão. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistematizar resultados finais; ▪ Análise e discussão dos resultados obtidos nas etapas anteriores, buscando caracterizar a coalizão com base na ação dos agentes.

Elaborado pelo autor (2018)

1 TEORIA DOS REGIMES URBANOS: natureza, evolução, e eixos de análise

Este capítulo consiste em apresentar questões relacionadas à ideia de Regimes Urbanos, considerando esta abordagem teórica a “janela” de análise aplicada nesta pesquisa, na tentativa de analisar a cidade e, de modo específico, a relação existente entre o Porto de Natal e a Comunidade do Maruim sob a ótica da distribuição do poder na cidade, a relação entre atores e a formação de coalizões constituídas com base numa agenda urbana de transformação territorial.

Neste sentido, este capítulo encontra-se dividido em três partes: na primeira parte é apresentada uma aproximação à Teoria dos Regimes Urbanos, resgatando debates anteriores sobre o Elitismo, o Pluralismo e a Máquina de Crescimento, enquanto ideias, desenvolvidas dentro do campo da ciência política norte-americana, que antecederam o surgimento de debates acerca dos regimes urbanos, objetivando, dessa forma, apresentar o surgimento dessa abordagem teórica a partir da análise dos estudos inseridos dentro do campo da política urbana com enfoque no poder local.

A segunda parte do capítulo apresenta a natureza dos regimes urbanos enquanto abordagem teórica, mostrando as variadas definições, conforme discussão de autores internacionais e nacionais que se debruçam sobre o tema, e os principais eixos de análise essenciais à compreensão dos regimes urbanos. Dessa forma, aponta o surgimento da teoria com base nos estudos desenvolvidos por Clarence Stone, inicialmente, na década de 1980 e a evolução da discussão teórico-conceitual baseada nos debates ocorridos na última década do século XX e início do século XXI.

A terceira parte do capítulo apresenta uma discussão sobre a aplicação da Teoria dos Regimes Urbanos fora do contexto norte-americano.

Por fim, será apresentado um tópico que revele, de modo específico, a relação entre os regimes urbanos e o território, ou seja, de que modo as coalizões interferem na reestruturação espacial, ao considerar a ação dos grupos sobre o espaço urbano e, sendo assim, mostrar as possíveis relações entre o caso empírico discutido nesta dissertação (disputa territorial entre o porto de Natal e a comunidade do Maruim) com os principais eixos de análise inseridos no debate acerca dos regimes urbanos.

1.1 Elitismo, Pluralismo e a Máquina de Crescimento: pensamentos anteriores à ideia de Regimes urbanos

Falar sobre o surgimento dos regimes urbanos e sua evolução na literatura científica requer ressaltar algumas considerações sobre as tradições do estudo da política da cidade, desenvolvidas, inicialmente, nos Estados Unidos da América no âmbito da ciência política. Isso justifica-se levando em conta que a ideia de Regimes Urbanos se apresenta, no campo de debate sobre a política urbana, como uma possibilidade de olhar a cidade sob a ótica da distribuição do poder, considerando o espaço urbano importante objeto de interesse das coalizões que objetivam o desenvolvimento econômico no e através do urbano.

Segundo Marques (2017), nos anos de 1950 e 1960 nasce o debate sobre a política do urbano nos Estados Unidos através do *community power debate*. O estudo de Floyd Hunter publicado em 1953, sobre o poder em Atlanta, seria o marco inicial do debate que trouxe a discussão sobre o poder político na cidade. Silva, Clementino e Almeida (2017) apontam que, apesar da existência - antes mesmo das versões estadunidense - de estudos sobre o peso das elites dirigentes na tomada de decisões, foi através do estudo realizado por Floyd Hunter que a teoria das elites ganhou forma e conteúdo. De acordo com os autores:

Hunter estabeleceu uma metodologia que buscava filtrar a Elite presente na cidade média, estabelecendo uma linha de corte em que grupos de entrevistados indicavam figuras públicas com Poder (ou cuja percepção era de ter poder decisório na cidade). Hunter apontou que uma nova política, dentro da estrutura de poder, normalmente tinha sua origem em discussões informais entre amigos ou em ambientes fora das estruturas convencionais, como Prefeitura ou Fóruns (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017, p.6-7).

No estudo de Hunter, a influência de determinados grupos incidiria no comportamento da estrutura de poder local e, de acordo com Silva (2008), os empresários e destacadas lideranças políticas estariam no topo da pirâmide. A Teoria aponta que uma minoria detentora do poder de decisão se encontraria em contraposição a uma maioria desprovida deste poder. Esses dois grupos (com e sem poder) caracterizariam a composição da sociedade na perspectiva desta abordagem teórica (MARQUES, 2003, apud SILVA, 2008).

Posteriormente, o estudo de Charles Wright Mills (1956) reforça a teoria das Elites onde, de acordo Silva, Clementino e Almeida (2017), apesar do autor trazer uma abordagem baseada na análise do Governo Nacional, Mills (1956) destacou os militares, políticos e os homens de negócio como os três grupos de elite responsáveis por dirigir a política Norte-americana, comprometendo a democracia e tornando frágeis os espaços de debate.

Tão importante, para Mills, quanto a análise dos cargos e postos importantes (no Estado, nas Forças Armadas e nas grandes companhias) que tais homens ocupavam, era a observação do ambiente de formação que esta Elite comungava, seus valores e referências, isto é, um pequeno clube que se revezava nos postos mais altos da Democracia estadunidense (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017, p. 7).

Nos estudos sobre o poder local, em contraposição à ideia da existência de uma elite detentora do poder de decisão, a perspectiva pluralista de Robert Dahl, que realizou um estudo sobre a cidade de New Haven, a partir de 1956, e consolidou suas pesquisas em 1960 com a obra *Who Governs?* (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017), sugere uma sociedade composta “por uma pluralidade de grupos, cada qual com seus instrumentos de poder e seus interesses específicos e temáticos” (MARQUES, 2003, p.31).

Uma síntese da teoria de Robert Dahl, segundo Costa (2007) mostra que diferentes grupos possuem os recursos que contribuem para o poder. O autor aponta que se trata de uma abordagem que possibilita enxergar de forma detalhada uma descrição dos processos de decisão e, sendo assim, possibilita analisar, no âmbito dos processos políticos, as influências individuais dos grupos.

Sobre a contradição entre a ideia da existência, numa determinada sociedade, do poder de decisão concentrado nas elites e a ideia do poder distribuído entre grupos, com base na teoria pluralista, Silva, Clementino e Almeida (2017) apontam que os pluralistas não negam a existência de uma elite, portanto não enxergam a total concentração do poder de decisão em apenas um grupo. Os autores apontam ainda que “a concepção básica de Dahl – e dos pluralistas – é de que a concorrência e a competição, entre indivíduos e grupos, fazem com que não sejam formadas elites duradouras e sim arranjos permeáveis e influenciáveis” (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017, p. 7).

Marques (2007) mostra que os anos de 1960 e 1970 foram marcados por debates sobre os estudos urbanos que receberam forte impacto do marxismo. O autor destaca três perspectivas: a de Henri Lefebvre, a da sociologia estruturalista, destacando estudiosos como Manuel Castells e Jean Lojkine, e por último destaca a perspectiva da geografia crítica, destacando os estudos de David Harvey. No entanto, segundo o mesmo autor, a política ou as instituições políticas não foram objeto de atenção nos estudos desenvolvidos pelos autores apontados anteriormente. Apesar disso, essa literatura trouxe à discussão importantes elementos para o desenvolvimento dos estudos da política do urbano. Ao apontar, por exemplo, as contribuições sobre os “capitais do urbano” (com destaque especial ao capital imobiliário), assim como as contribuições que dizem respeito aos “padrões de segregação na cidade” e à “distribuição dos equipamentos urbanos”, Marques (2007), afirma que “embora não dissessem respeito ao Estado e às instituições políticas do urbano, os avanços nessas duas linhas de análise apresentaram aprendizados importantes para a política nas (e das) cidades” (MARQUES, 2007, p. 5).

Outra marcante contribuição para o debate sobre a política da cidade surge através da ideia da cidade como máquina de crescimento (*Growth Machine*) que surgiu pela primeira vez no artigo individual “*The city as a growth machine: towards a political economy of place*”, de Harvey Molotch (1976), sendo a ideia retomada posteriormente através da obra “*Urban Fortunes: the political economy of places*”, em 1987, de Harvey Molotch e John Logan.

A ideia da Máquina de Crescimento surgiu com base na observação frente aos processos históricos de formação das grandes cidades norte-americanas que apresentaram formação de coalizões entre grupos, onde, neste processo, o líder político local (associado as elites urbanas interessadas nos ganhos da máquina), apresentaram-se como figura que uni o proprietário fundiário, empresário, empreendedor imobiliário e governante e, nesse sentido, passa a ter um papel de destaque na liderança da “máquina de crescimento” (FERREIRA 2007, p. 153-154).

Essa ideia, portanto, possibilita enxergar a cidade como mercadoria em disputa que proporciona mais renda e lucratividade onde o político se mostra figura de grande interesse durante o processo. A teoria da máquina do crescimento urbano, portanto, possui uma “abordagem que se atém a responder duas perguntas indissociáveis em sua resposta: Quem governa as cidades? E com quais objetivos a fazem?” (PERA; BUENO, 2017, p. 6).

O debate sobre a máquina de crescimento em conjunto com outras abordagens teóricas entre a década de 1950 e 1980 revela-se presente no campo de batalha teórica deste período. Durante os anos 70 e 80, a crise financeira nos Estados Unidos trouxe mais ingredientes ao debate sobre o poder local e a formação de coalizões pró-crescimento e, com base nessa discussão, revelaram-se os estudos sobre os regimes urbanos (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017).

1.2 Definição da ideia de Regime Urbanos

Concentrada especialmente nos estudos da comunidade norte-americana, em especial nas cidades estadunidenses, a literatura sobre os regimes urbanos destacou-se na década de 1980 através dos estudos de Fainstein e Fainstein, em 1983, Elkin, em 1985, e Stone em 1987 e 1989 (SILVA, CLEMENTINO e ALMEIDA, 2017, p.5). Oubiña (2015), aponta que a Teoria dos Regimes Urbanos surgiu nos estudos de Clarence Stone através de sua análise, apresentada em 1989 na obra *“Regime Politics: Governing Atlanta”* de 1989, realizada sobre a cidade de Atlanta.

[...] Stone analiza cómo, desde 1945, en la capital del Estado de Georgia se conforma una alianza entre un gobierno local, dominado por una mayoría electoral afroamericana, y el sector empresarial de la ciudad que permite desarrollar la agenda política del gobierno municipal de Atlanta sorteando las dificultades fiscales, jurisdiccionales y normativas con las que se topan en mayor medida los gobiernos locales si se comparan con otros niveles administrativos (OUBIÑA, 2015, p. 34).

Ao analisar a contribuição de Stone para o debate sobre a política urbana na perspectiva dos regimes urbanos, Marques (2017) apresenta a ideia de regimes urbanos como arranjos informais de agentes do setor público e privado que, em conjunto, buscam operar no sentido de “tomar decisões e realizar ações” (MARQUES, 2017, p. 95). Corroborando com esta ideia e, ao enxergar os regimes urbanos como arranjos formados entre atores governamentais e não-governamentais, Cárdenas (2013) aponta que esses arranjos são colaborativos e através da cooperação e coordenação pública e privada, podem enfrentar desafios econômicos e sociais. Corroborando com a ideia, Silva, Clementino e Almeida (2017) apontam que as alianças formadas entre estes grupos governamentais, setores da sociedade e grupos

empresariais caracterizam a formação das coalizões articuladas com base em uma agenda que visa o desenvolvimento econômico pelo urbano.

Conforme o exposto - e de modo geral - é visto que análise através dos regimes urbanos revela um insistente olhar sobre as relações informais entre os atores representantes do setor público e privado. Essa relação diz respeito a noção de coalizão, que, dentro da perspectiva dos regimes urbanos, são entendidas como um arranjo informal entre grupos que se articulam com um propósito específico de desenvolver e aplicar seus interesses no espaço urbano. Os objetivos dessas coalizões variam de acordo com o tipo de regime urbano identificado.

Outros entendimentos acerca do conceito de regimes urbanos trazem, além da formação de coalizões, novos elementos para a discussão. Por exemplo, Oubiña (2015) aponta que enfrentar as dificuldades jurisdicionais, fiscais e institucionais são desafios postos a um governo local, justificando a formação dos acordos ou parcerias informais no sentido de implementar uma agenda política própria. Para Salas (2015), o acesso aos recursos que permitem governar uma cidade é um elemento importante para entender a formação de um regime urbano. A formação da coalizão de atores com base no acesso aos recursos “es un acuerdo para definir y sostener una agenda de gobierno, lo cual implica que los recursos de la coalición son compatibles con tal agenda, y que hay un compromiso de todos los agentes para hacer lo necesario con el fin de cumplirla” (SALAS, 2015, p. 13).

No sentido de compreender os regimes com base em suas classificações, Silva, Clementino e Almeida (2017, p.9), apontam que Clarence Stone, na sua obra publicada em 1989, definiu quatro tipos de regimes urbanos: regimes de manutenção (maintenance), regimes de desenvolvimento (development regimes), regimes de classe média progressista (middle-class progressive regimes) e regimes de “Classe C” (lower-class opportunity expansion regimes) em expansão. As definições dos tipos de regimes urbanos apresentadas por Clarence Stone apoiam-se na “análise da agenda política” (OUBIÑA, 2015, p. 44). Em outras palavras, as questões definidas em determinada agenda política - e urbana - poderá definir a existência de um tipo específico de regime urbano. Em estudos realizados após 1989, outros critérios foram considerados para definir um tipo de regime urbano. Nesta perspectiva, Mossberger y Stoker (2001), ao apresentar em seu artigo “The Evolution of Urban Regime Theory: the challenge of conceptualization” questões relacionadas à comparação transnacional dos regimes urbanos baseadas no papel dos *selective incentives*,

aponta a definição de outras tipologias de regimes urbanos: *organic*, *instrumental*, e *symbolic regimes* (MOSSBERGER E STOKER, 2001). Diferentemente de Clarence Stone (1989), Mossberger e Stoker (2001) sinalizam a existências de tipos de regimes urbanos baseados também nos diferentes “actores que conforman los regímenes urbanos” (OUBIÑA, 2015, p. 44). Nesse sentido, a tabela a seguir objetiva expor a finalidade de cada tipo de regime urbano, relacionando-os aos autores que trouxeram suas definições e aos critérios de significação deste conceito.

Quadro 2: Tipologia dos regimes urbanos

AUTOR	TIPOS DE REGIMES URBANOS E OBJETIVOS DAS COALIZÕES	CRITÉRIOS
CLARENCE STONE	Regimes de Manutenção (maintenance): "Querem melhores serviços prestados, querem impostos mais baixos, querem a comunidade estável, etc." (SILVA, CLEMENTINO e ALMEIDA, 2017, p.5).	Análise da agenda política
	Regimes de Desenvolvimento (development regimes): "Buscam modificar (transformar, desenvolver, alterar) o uso do solo visando o crescimento (criação de valor)"(SILVA, CLEMENTINO e ALMEIDA, 2017, p.5).	
	Regimes de classe média progressista (middle-class progressive regimes): "com agendas como meio ambiente, política cultural, patrimônio histórico, etc."(SILVA, CLEMENTINO e ALMEIDA, 2017, p.5).	
	Regimes de “Classe C” em expansão (lower-class opportunity expansion regimes): "crescer em oportunidades de emprego, renda e moradia acessível (propriedade)."(SILVA, CLEMENTINO e ALMEIDA, 2017, p.5).	
MOSSBERGER Y STOKER	Regime Orgânico (organic): manutenção do status quo para não alterar a cidade pré-existente (Oubiña, 2015, p. 45).	Atores que compõe os regimes urbanos.
	Regime Instrumental (instrumental): "transformação urbana, mas sem alterar o status quo, importância do papel dos incentivos individual" (Oubiña, 2015, p.45).	
	Regime Simbólico (symbolic): "mudança urbana para dirigir a cidade em direção um ideal definido anteriormente pelo setor público" (Oubiña, 2015, p.45).	

Fonte: Silva, Clementino e Almeida (2017), Oubiña (2015).
Elaborado pelo autor (2018)

É visto, na literatura, que existe uma discussão sobre como é entendida a ideia de regimes urbanos do ponto de vista teórico. As discussões apontam que,

diante das especificidades de cada contexto social e econômico a ser investigado, a ideia de regimes urbanos assemelha-se mais a um modelo analítico do que um modelo teórico. Nesse sentido, Silva, Clementino e Almeida (2017) orientam que:

O estudo das cidades pelos regimes urbanos assemelha-se a um modelo mais analítico do que teórico, posto que suas diferentes abordagens, em estudos de caso, encontram limitações a depender do contexto social e econômico pesquisado. É nesse sentido que Antônio Casellas prefere chamar de Urban Regime Analysis e não Urban Regime Theory, como fazem K. Mosseberger e G. Stoker (2001) (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017, p.5).

Dessa forma, diante do exposto, acerca das definições de regimes urbanos, assim como da apresentação de suas tipologias, nesta pesquisa, a ideia de regime urbano será entendida como um modelo de análise) que possibilita enxergar a distribuição de poder na cidade através da formação de coalizões entre grupos informais (coalizões formadas entre grupos do Estado e Mercado) interessadas em determinada agenda de crescimento urbano.

Corroborando com essa questão, Seixas (2013) apresenta os regimes urbanos como construção conceitual que, através da análise das relações entre atores do Estado, da sociedade e do mercado, possibilita o entendimento dos atuais sistemas políticos urbanos. Tais relações, segundo este autor, devem ser vista na perspectiva das “influências e decisões políticas orientadas para uma gestão por projetos de crescimento “ (SEIXAS, 2013, p. 174).

Quando se fala em decisões políticas no debate acerca dos regimes urbanos, torna-se importante destacar que estas decisões se relacionam com a ideia de poder que, por sua vez, compreende parte da discussão sobre as ações das coalizões. A literatura aponta este poder como um elemento distribuído entre os grupos que dirigem determinada agenda de transformação na cidade e, de acordo com Mosseberger e stoker (2001, p.812), o poder no âmbito dos regimes urbanos e presente na obra de Clarence Stone (1989) diz respeito ao “*power to*” em contraposição ao “*power over*”, o que significa dizer que o poder das coalizões consiste na capacidade de agir, ao invés da ideia de poder sobre os outros, ou da ideia de controle social.

Outro importante elemento que compreende a análise urbana através da perspectiva dos regimes urbanos refere-se à implementação de projetos urbanos a

partir da ação das coalizões, tendo por base sua capacidade de agir em articulação. Sobre isso, é visto que:

As abordagens e pesquisas com os regimes urbanos fortaleceram-se a partir do final dos anos de 1980, em especial pela repercussão do trabalho de Clarence Stone (1989) sobre Atlanta. Desde então, pesquisadores estadunidenses e europeus aplicaram – com variações conceituais e metodológicas – a noção de regime urbano buscando, desse modo, compreender a distribuição do poder nas cidades e a implementação de planos, programas e projetos urbanos (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017, p.5).

Considerando o exposto, a discussão apresentada no próximo tópico discorre sobre a aplicação dos regimes urbanos em outros cenários fora daquele de origem (dando ênfase ao cenário europeu e brasileiro). Acredita-se ser pertinente apresentar tal discussão, pois assim é possível enxergar o alcance da teoria e suas principais implicações nestes diferentes contextos. A ideia do autor é apresentar a existência de possibilidade de aplicação da teoria fora do Estados Unidos apontando a forma que a literatura considera essa questão ao revelar novos ingredientes ao debate como, por exemplo, a articulação entre a ideia de regimes urbanos e a ideia de governança.

1.3 Aplicação do modelo de análise dos Regimes Urbanos fora do contexto estadunidense

Discussões presentes na literatura expõe, como um dos principais problemas da teoria dos regimes urbanos, a questão da transposição do modelo original, ou seja, o modelo estadunidense - aplicado nos estudos de Clarence Stone, por exemplo - para realidades fora dos Estados Unidos. Para Mossberger e Stoker (2001) a evolução da abordagem teórica dos regimes urbanos é vista, em parte, quando percebe-se sua aplicação com base em novas configurações.

Debates sobre a possibilidade de configuração de regimes urbanos fora dos Estados Unidos perpassam, sobretudo, a problemática sobre os diversos modelos de governo local. Nessa perspectiva, Oubña (2015) aponta que estes debates - destacando os casos de possibilidade de aplicação no Canadá e Europa – apresentam distintas posições de grupos e, dessa forma, apresenta-as como as três principais:

- i. A primeira posição diz respeito aos grupos contrários à aplicação dessa teoria fora dos Estados Unidos, principalmente em contextos como o europeu. Esta posição baseia-se no conceito de que na Europa existe menos fragmentação do poder econômico e político do que nos Estados Unidos, e, além disso, o governo central e os partidos políticos nacionais possuem maior peso caso comparados com o cenário da América do Norte onde se percebe a existência de um papel mais limitado. Estes grupos também apontam que a configuração dos regimes urbanos é possível nos Estados Unidos devido à maior capacidade fiscal e jurisdicional dos governos locais. Entretanto, comparados aos governos locais europeus ou canadenses, percebe-se a existência de limitações frente às restrições legais e formais.

Em síntese, pode-se afirmar que esta posição sustenta que o governo local europeu tem um maior conjunto de limitações legais, fiscais e políticas do que os governos municipais dos Estados Unidos [...] e há também uma maior deslocalização do setor empresarial que, normalmente, procura recursos fora das cidades para que sua relação seja menor do que no contexto norte-americano. (OUBÑA, 2015, p. 53-54, traduzido pelo autor).

- ii. A segunda posição refere-se aos grupos mais flexíveis à possibilidade de aplicação da teoria nos cenários fora dos Estados Unidos. Esses grupos entendem os regimes urbanos como uma variante específica norte-americana da governança urbana e que é possível ser encontrados elementos que começam a ser reproduzidos na Europa.
- iii. A terceira posição diz respeito aos grupos que se mostram favoráveis à possibilidade de aplicação da análise dos regimes urbanos em contextos divergentes daqueles encontrados nas cidades norte-americanas.

De acordo com o autor, alguns elementos são necessários à compressão dos Regimes Urbanos. São eles: a) a capacidade de realizar algo; b) o conjunto de atores e colaboração estável (sustentada no tempo) e que transcende obrigações legais, objetivando a superação das dificuldades jurisdicionais e fiscais existentes para tornar efetiva a agenda política do governo local e, por último; c) só pode ocorrer em contextos de instituições democráticas sujeitas ao controle do cidadão, no contexto

de uma economia de mercado em que haja propriedade privada (OUBÑA, 2015, p. 59). Por fim, o autor afirma que estes elementos estão presentes em realidades fora dos Estados Unidos (como Europa e Canadá) e que, dessa forma, é possível identificar os regimes urbanos em diferentes cenários de governo local.

Com base nisso, o próximo e último tópico deste capítulo sugere uma relação entre os eixos de análise presentes na discussão acerca dos regimes urbanos e o caso empírico do porto Natal e comunidade do Maruim, como apresentado a seguir.

1.4 Elementos de análise da coalizão: aproximações a partir das relações entre porto de Natal e Comunidade do Maruim

A configuração de um Regime Urbano não se limita apenas a existência de coalizões, mas exige, como mostrado anteriormente nas discussões, uma investigação capaz de relacionar essas coalizões com diversos outros elementos (agenda de crescimento econômico no e pelo espaço urbano, estabilidade da coalizão no tempo, caracterização da cultura política, por exemplo).

Entende-se ainda que a análise da formação de coalizões com base em apenas um projeto urbano não define a configuração de um regime urbano conforme apresentado nas discussões anteriores. No entanto, acredita-se que o caminho para discutir a possibilidade de existência de regimes urbanos nas cidades brasileiras começa ao trazer à discussão os principais elementos correspondentes à teoria, tentando enxergá-los nos casos locais.

Dessa forma, cabe ressaltar que esta pesquisa não objetiva caracterizar um regime urbano em Natal/RN. Este estudo, portanto, apresenta eixos de análise pertencentes a ideia de regimes urbanos (como a formação de coalizões, a distribuição do poder na cidade, com base nos interesses dos grupos que compõe as coalizões, e a incidência das ações sobre o território) que orientam o desenvolvimento do estudo de caso.

É importante ressaltar que a contribuição deste estudo se dá através da tentativa de identificação e caracterização da coalizão através da experiência que se revela como um conflito fundiário urbano entre o Porto de Natal e a Comunidade do Maruim. Neste sentido, busca-se aqui apresentar e relacionar as categorias de análise adotados nesta pesquisa e seus elementos empíricos.

Como mencionado, a ideia de regimes urbanos é considerada, nesta pesquisa, uma vertente de análise capaz de compreender a formação de coalizões urbanas conforme elementos de análise de grupos representantes do Estado e do Mercado que se articulam com base em uma agenda urbana. Dessa forma, com base na discussão exposta anteriormente, os elementos de análise considerados aqui, para a possível identificação de uma coalizão, são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 3: Elementos de análise da coalizão

ELEMENTOS DE ANÁLISE DA COALIZÃO	DEFINIÇÃO
PODER DECISÓRIO	Capacidade dos agentes de tomar decisões e realizar ações, quando articulados.
COLABORAÇÃO	Estratégia de articulação entre os agentes para enfrentar desafios pautados em determinada agenda urbana.
INTERESSES	Critérios que estimulam os agentes colaborarem dentro de uma coalizão
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS URBANOS	Resultado da ação das coalizões sobre o espaço urbano, tendo por base sua capacidade de agir em articulação.

Elaborado pelo autor (2019)

Além dos elementos destacados no quadro, outros elementos farão parte da análise da coalizão, como os recursos e os incentivos que impulsionaram a ação dos agentes no período correspondente ao conflito entre porto de Natal e a comunidade do Maruim.

Cabe reforçar que, o caso que envolve a disputa entre porto de Natal e a comunidade do Maruim surge como acontecimento que permite, em um primeiro momento, a leitura das relações entre agentes articulados com algum poder de decisão. Se de um lado a comunidade do Maruim reivindica melhores condições de moradia, por outro lado o porto de Natal objetiva o desenvolvimento econômico com base no interesse de expansão de sua área de armazenagem.

As diferentes demandas, no entanto, sugerem o surgimento de um conflito fundiário entendido aqui como elemento essencial à análise da coalizão. Além disso, com base no problema apresentado anteriormente, a relação entre agentes

governamentais (como o caso da atuação da prefeitura de Natal na “resolução” do problema de moradia) e outros agentes com interesses distintos (como o caso do porto de Natal e seu interesse de desenvolvimento econômico) revelam a possível existência de colaboração entre os agentes, capaz de implementar uma agenda urbana, seja de desenvolvimento econômico, seja de promoção de habitação social.

A existência de um conflito e a colaboração entre os agentes, sendo assim, aparecem como importantes elementos de análise ao considerar que a formação de uma coalizão só é possível, segundo discussões apresentadas anteriormente, diante da existência de um conflito a ser solucionado não apenas através do poder de decisão de um só agente, mas com base na colaboração entre os envolvidos no processo.

Os próximos capítulos, na tentativa de realizar uma aproximação entre a discussão teórica e o caso empírico investigado, objetivam apresentar uma caracterização do porto de Natal e da comunidade do Maruim, além de descrever o conflito e o processo de negociação, identificando agentes envolvidos no processo, suas formas de articulação e estratégias,

2 O PORTO DE NATAL E A COMUNIDADE DO MARUIM: ATIVIDADES, INTERESSES E TENSÕES

Este capítulo apresenta a caracterização do porto de Natal e da comunidade do Maruim e, dessa forma, busca-se revelar, em um primeiro momento, através da pesquisa documental, as atividades desenvolvidas por esses atores, levando em conta sua localização no cenário urbano de Natal, sua história e relevância, seja ela econômica ou de moradia e seus direitos constituídos ao longo do tempo. No segundo momento revelam-se também seus interesses, através dos projetos e, por fim, é apresentado as tensões que culminaram no processo de reassentamento da comunidade do Maruim, baseadas no projeto de expansão do porto de Natal.

2.1 O Porto de Natal: breve história e notas sobre sua relevância econômica

Localizado à margem direita do Rio Potengi, no tradicional bairro da Ribeira, Região Administrativa Leste de Natal/RN (Figura 1), O porto de Natal faz fronteira com a área correspondente a Comunidade do Maruim (atualmente reassentada), o largo da Rua Chile, os clubes de remo e o Rio Potengi (Figura 2).

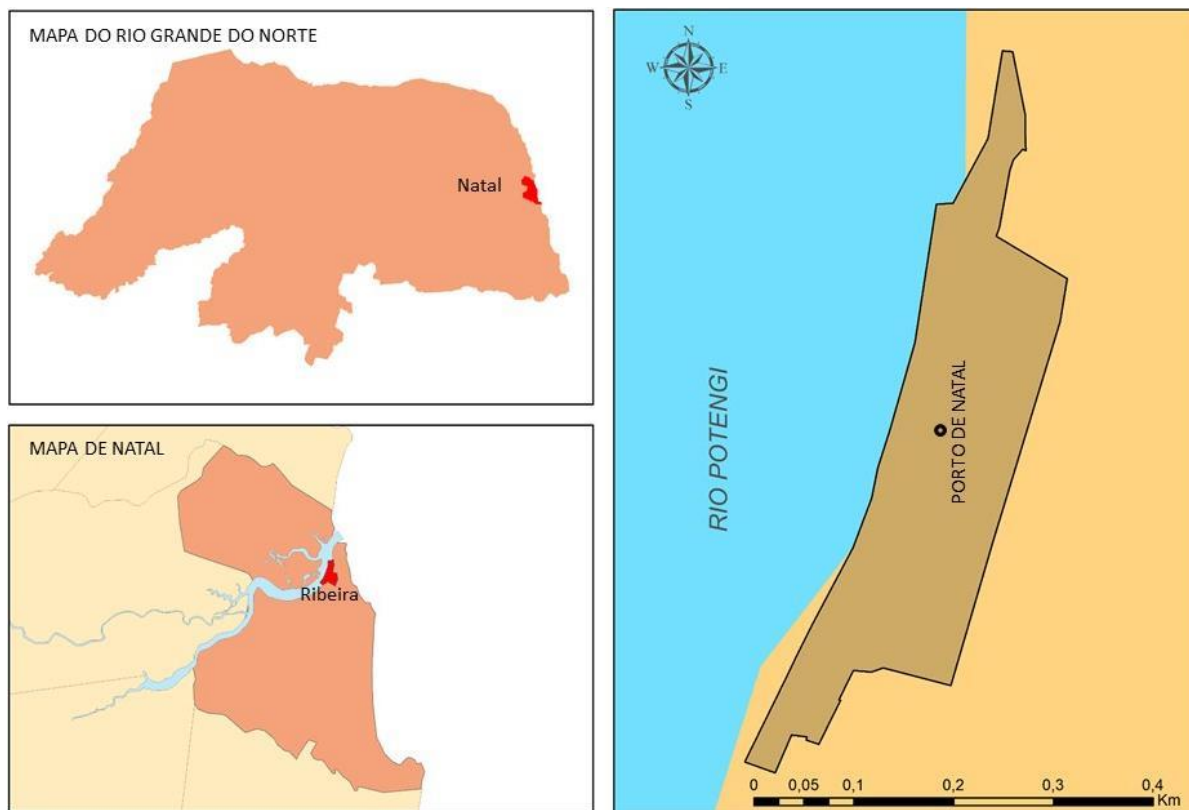
Sobre sua precisa localização, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN), através do seu Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ), assinala que:

O Porto de Natal é do tipo estuário e está situado à margem direita do Rio Potengi, a 3 Km de sua foz e atua mais como um braço de mar, na direção N-SO, entre o Recife dos Reis Magos ou Ponta do Picão, o “Recife” ou Pedra da Baixinha a NO. Suas coordenadas geográficas são 5° 46’ 24” S de Latitude e 35° 12’ 20” W de Longitude, sendo cadastrado na International Maritime Organization (IMO) sob o código BRNAT n° 20.043 (CODERN, 2010, p. 11).

Com origem no século XIX, o debate sobre a construção de um porto em Natal/RN foi provocado pela crescente produção de açúcar, de algodão e de sal que, em termos quantitativos, destacavam-se como os principais produtos para exportação do Rio Grande do Norte (MACEDO, 2014, p.64). De acordo com a CODERN (2010b, apud BRASIL, 2015) a ideia de construir o Porto de Natal partiu com base na demanda

de empresários potiguanos “para o escoamento da produção açucareira do Rio Grande do Norte, que teve, na metade do século XIX, uma fase de grande expansão”.

Figura 1: Mapa de localização do Porto de Natal



Fonte: IDEMA (2017). Elaborado pelo autor (2018).

O Porto teve seu projeto e orçamento aprovado através do decreto nº 15.277 de 14 de janeiro de 1922, ano correspondente ao início da sua construção. Sua operação, entretanto, iniciou apenas uma década após, a partir de 1932, através do decreto nº 21.995 que dispõe sobre sua administração e sua exploração (Figura 3). Vale destacar que, inicialmente, o Porto de Natal foi administrado pela União (TINOCO; BENTES SOBRINHA; TRIGUEIRO, 2008, p.179) e, de acordo com BRASIL (2015), o responsável pela administração foi o engenheiro Décio Fonseca, passando a ser administrado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) em 1983 através da determinação de uma Assembleia Geral de acionistas da Portobrás, em abril de 1981. Sobre o processo de gerenciamento da obra, a CODERN (2010, p. 8) aponta que:

A obra foi gerenciada pelo engenheiro Hildebrando de Góis, que na época chefiava a extinta Inspeção Fiscal dos Portos, Rios e Canais com sede no

Rio de Janeiro. O engenheiro Décio Fonseca foi o primeiro administrador do Porto de Natal. (CODERN, 2010, p. 11).

Figura 2: O porto de Natal e seus limites



Fonte: Google Pro Earth (2010). Elaborado pelo autor (2018)

Inicialmente denominada TERMISA - Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte S. A., a CODERN foi criada através do Decreto nº 66.154, de 3 de fevereiro de 1970, porém, em janeiro de 1978 foi dada, com base em decisão da assembleia geral de acionistas, seu atual nome: Companhia Docas do Rio Grande do Norte (BRASIL, 2015).

Figura 3: Imagens históricas do Porto de Natal na primeira metade do século XX



Fonte: Labtrans/UFSC (2015)

Hoje, o Estado do Rio Grande do Norte conta com a presença de dois portos administrados pela CODERN, o Porto de Natal e o Terminal Salineiro de Areia Branca. Mais conhecido como Porto Ilha, o Terminal Salineiro de Areia Branca é destinado, de forma exclusiva, à exportação do sal produzido no Rio Grande do Norte. Trata-se de uma ilha artificial localizada no Oceano Atlântico a 14 km da costa do município de Areia Branca, litoral Norte do RN. Vale salientar que, além da administração dos Portos do Rio Grande do Norte, a Companhia também administra o Porto de Maceió. Sendo assim, e tomando como base o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ, A Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) caracteriza-se como:

Uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República e exerce o papel de Autoridade Portuária, nos termos da Lei n.º 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, no Porto de Natal e no Terminal Salineiro de Areia Branca, instalações portuárias do Estado do Rio Grande do Norte, além de, mediante convênio, exercer este papel na administração do Porto de Maceió – APMC (CODERN, 2010, p.7).

Os portos localizados no Rio Grande do Norte mostram-se relevantes aparelhos logísticos para o crescimento econômico do Estado do Rio Grande do Norte onde, de acordo com Emerson Fernandes, atual presidente da CODERN:

“Os portos do RN têm características muito especiais: o de Natal concentra o principal escoadouro das frutas tropicais e o de Areia Branca é o único do mundo que é uma ilha artificial [plataforma instalada em alto mar] que exporta o sal, matéria-prima da indústria química brasileira, e exige um cuidado específico de manutenção” (NOVO, 2017).

Considerado o principal ponto de escoamento de mercadorias existentes no Rio Grande do Norte (MACEDO, 2014), a zona de influência do Porto de Natal se estende para além do território estadual, alcançando os estados vizinhos da Paraíba, Pernambuco e Ceará. Possui como principais produtos exportados o melão, o açúcar, a melancia, a manga, o mamão, a uva, o camarão e o peixe congelado (CODERN, 2017), destacando assim, dentre os demais produtos de fluxo, sua característica peculiar na exportação de frutas. Além disso, o porto possui como principais produtos importados o trigo, equipamentos e caixaria. O Porto de Natal oferece uma linha com destino direto para Europa, com paradas em Algeciras, na Espanha, em Sheerness, na Inglaterra, e Rotterdam, na Holanda. Azevedo e Luiz (2013, p. 89) identificam que:

Sua posição é estratégica no sistema hidroviário brasileiro e, portanto, de fundamental importância no sistema logístico, pois sua proximidade com os continentes africano e europeu diminui despesas com o transporte e o tempo gasto para chegada dos produtos ao seu destino final (AZEVEDO E LUIZ, 2013, p. 89).

Em noticiário publicado em 26 de julho de 2016, na página oficial da CODERN, o então presidente interino da companhia, Hanna Yousef Emile Safieh, comentou sobre a relevância econômica através da exportação de frutas no Porto de Natal:

“Na safra anterior, exportamos 241 mil toneladas de frutas. Nossa expectativa agora é superar esse número que já vem de uma crescente dos anos anteriores. Para isso, reunimos todos os envolvidos no processo da exportação do produto e discutimos a logística detalhadamente” (CODERN, 2016).

Além disso, o mesmo noticiário aponta que a Gerência da unidade de Gestão Estratégica do SEBRAE/RN divulgou em julho de 2016 um superávit de U\$S 36,7 milhões na balança comercial do Estado, sendo o melão o segundo item mais exportado no mês de maio de 2016, totalizando US\$ 13,6 milhões comercializados. Esses dados revelam que o resultado é o melhor desde 2012 quando o saldo acumulado no mesmo intervalo apresentou um número de US\$ 21,5 milhões (CODERN, 2016).

Dados mais recentes mostram que as movimentações nos portos de Natal e Areia Branca têm registrado uma permanentemente crescente nos cinco primeiros meses de 2017, sendo registrado um fluxo de 248 mil toneladas no terminal de Natal e 958 mil toneladas no porto Ilha, em Areia Branca. É sugerida, dessa forma, uma linha ascensional até o final de 2017, obtendo valores superiores relacionados ao fluxo registrado em 2016, que totalizou um valor de 715 mil toneladas no porto de Natal e 2.073.904 milhões de toneladas no porto de Areia Branca (NOVO, 2017).

Com base no exposto, o porto de Natal revela-se importante aparelho para a economia do Estado e sua competitividade exige a necessidade de expansão de suas áreas para o aumento dos fluxos. Com base em Dantas (2013, p.43), Hanna Yousef, em entrevista concedida à autora no dia 06 de junho de 2013, apontou que um porto para ser competitivo deve apresentar condições de fazer carregamentos de grandes quantidades em pouco tempo e a custos competitivos e, nesse sentido, dispor de uma retro-área grande para o armazenamento de mercadorias. Diante disso, a seguir, serão apresentados alguns projetos relacionados ao desenvolvimento portuário, considerando também sua expansão.

2.2 Os projetos de expansão do Porto de Natal

O Plano Mestre do Porto de Natal, relatório elaborado pelo Laboratório de Transportes e Logística (LabTrans) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), através da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), apresenta três projetos para o Porto de Natal, que visam sua expansão e, dessa forma, demandam certa reestruturação do território: (i) a construção do Berço 04; (ii)

a ampliação do Porto de Natal na margem esquerda do Rio Potengi (iii) e a ampliação da área de armazenagem (BRASIL, 2015).

2.2.1 Projeto de construção do berço 04

O relatório aponta que “há um projeto para a instalação de um quarto berço contínuo ao cais do terminal de contêineres, onde estão localizados os dolphins do Terminal da Transpetro, que já está desativado” (Figura 5). A imagem a seguir apresenta a área objeto do projeto (a ser construída), sua relação com o berço 3 e com a área construída já existente.

Figura 5: Expansão do Berço 04 do Porto de Natal



Fonte: Labtrans (2015)

Sobre o edital de licitação para a construção do projeto referente ao berço 04 do Porto de Natal, Brasil (2012), aponta que:

O ministro dos Portos, Leônidas Cristino, anunciou nessa quinta-feira (16) a abertura do processo. Com o valor de R\$ 108 milhões oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), somados a dragagem de aprofundamento já concluída e com a obra do Terminal Marítimo de

Passageiros em execução, o Porto terá sua capacidade de movimentação dobrada. A licitação será realizada no dia 13 de setembro, na modalidade concorrência, na forma de execução indireta sob o regime de empreitada por preço unitário, do tipo menor preço, que terá como critério de julgamento o menor preço global e acontecerá no próprio porto. A obra compreende a construção de 220 metros de cais acostável e retroárea, totalizando 10.766 m²; construção de cortina metálica com extensão de 144 metros para contenção do aterro de retaguarda do Berço 3; construção de atracadouro para embarcações de pesca artesanal e construção de edificações na retroárea externa do Porto de Natal (BRASIL, 2012).

Com base em entrevista concedida em 21 de janeiro de 2018 ao Jornal Tribuna do Norte, o diretor-presidente da CODERN, Emerson Fernandes, aponta que existem dificuldades financeiras que atinge o país, comprometendo o andamento do processo referente ao projeto de construção do novo berço de cais do Porto de Natal:

Teremos a construção de mais um berço de cais, que permanece na luta, nos esforços. Mas há uma dificuldade financeira que atinge o país e muito fortemente a Codern. Essa crise severa não permite garantir sequer que a gente possa licitar em 2018. Os projetos estão prontos, editais e termos de referência. Se os recursos chegarem amanhã, eu estarei pronto para licitar” (TRIBUNA DO NORTE, 2018).

No entanto, através de alguns registros fotográficos realizados em pesquisa de campo no dia 15 de março de 2018, é possível perceber que a área referente à construção do projeto continua sem sofrer nenhuma reestruturação territorial desde a data de lançamento do edital de licitação (Figura 6).

Figura 6: Registro fotográfico da área de construção do berço 4



Fonte: Acervo do autor (2018)

2.2.2 Ampliação do Porto de Natal na margem esquerda do Rio Potengi

O projeto de implantação do novo terminal portuário no estado do Rio Grande do Norte (Figura 7), representa outro plano que expõe o objetivo da CODERN de expansão do Porto de Natal. Em noticiário publicado em março de 2011 pelo Jornal tribuna do Norte (TRIBUNA, 2011) é apresentado o interesse da CODERN em construir, na margem esquerda do Potengi, um complexo portuário em Natal e consistiria em um projeto de ampliação da atual estrutura portuária já existente. Essa construção demandaria, segundo o noticiário, um investimento de R\$ 1,2 bilhão e ocuparia uma área de 8,5 quilômetros quadrados. Abaixo é apresentado um trecho do noticiário onde é justificado o interesse da CODERN pela área em questão:

De acordo com o diretor técnico-comercial da CODERN, Hanna Safieh, a área é cobiçada porque o rio Potengi apresenta condições raras para abrigar um porto, que não são vistas em nenhum outro terminal portuário brasileiro. “Temos uma condição extraordinária, de águas tranquilas, que permite embarque e desembarque ágeis. Isso é uma riqueza incalculável”, conta. (TRIBUNA, 2011).

Atualmente é visto que o projeto de expansão do Porto de Natal na margem esquerda do rio Potengi não foi implementado, no entanto é assunto discutido nas pautas do Conselho Técnico Científico do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia – CERNE. Apoiado por grupos empresariais nacionais e internacionais, O CERNE é um centro de pensamento estratégico empresarial que atua no âmbito da exploração sustentável dos recursos naturais e energéticos do Nordeste brasileiro.

Em notícia publicada em 16 de maio de 2018 no site oficial da CERNE, é visto que a construção de um segundo porto na margem esquerda do rio Potengi é um dos projetos propostos pelo centro para solucionar os gargalos de infraestrutura na principal área portuária do Rio Grande do Norte. A proposta consiste na “construção de um porto intermodal que seria construído em uma área já degradada da margem esquerda do Potengi, hoje ocupada por antigas salinas e viveiros de camarão desativados”, e diante disso, ainda de acordo com o noticiário, o atual porto não sofreria desativação, no entanto, passaria por uma reconfiguração de seus usos, o

atual porto seria, nesse caso, “especializado em passageiros e cargas de alto valor agregado”.

Figura 7: Projeto do terminal portuário na margem esquerda do Rio Potengi



Fonte: Labtrans (2015)

Com base nessa questão, abaixo é apresentado trecho da notícia que revela a percepção de Jean-Paul-Prates, presidente do CERNE, sobre a construção desse projeto:

“Há necessidade de se conceber um novo terminal portuário de grande escala para atender ao crescimento econômico projetado, e já reprimido, da economia potiguar. Mas o nosso atual porto encontra-se confinado por terra, como resultado da expansão urbana de Natal. Esta alternativa da margem esquerda do Rio Potengi também representa desafios, mas inúmeras outras vantagens para a cidade e para o Estado”, justifica o Presidente do CERNE, Jean-Paul Prates, que fará a apresentação detalhada do projeto técnico com a presença, por vídeo conferência, do arquiteto italiano Cláudio Catucci, especialista na concepção de soluções logísticas e urbanas, e que colaborou com a elaboração da proposta.

É visto que a proposta do projeto de expansão do porto na margem esquerda do rio Potengi ainda se encontra em fase de discussão, mas sua leitura auxilia na compreensão dos interesses da CODERN sobre a expansão do porto. Nesse sentido, abaixo é apresentado ainda um outro projeto de expansão do porto de Natal e este,

por sua vez, diz respeito aos interesses da CODERN sobre a área correspondente à comunidade do Maruim, como apresentado na problemática exposta na introdução desta pesquisa. Esta proposta, como será visto nas linhas que seguem, ocasionou um conflito fundiário urbano entre os interesses do porto de Natal e da comunidade do Maruim, caracterizando-se, pois, como o principal projeto foco das análises no âmbito desta investigação.

2.2.3 Ampliação da área de armazenagem

Além do projeto de construção de um novo berço para o Porto de Natal, existe ainda um projeto de ampliação da área de Armazenagem de cargas (Figura 8). Com base no Plano Mestre, “o Porto de Natal tem limitações quanto à capacidade de armazenagem de cargas, que se torna mais evidente no período de safra, entre os meses de agosto e abril” e, diante disso, com vista a atender essa demanda, o projeto “visa à ampliação da capacidade de armazenagem em duas áreas, uma no Pátio Norte e outra no Pátio Sul” (BRASIL, 2015), conforme ilustra a figura a seguir:

Figura 8: Áreas de Armazenagem de carga do Porto de Natal



Fonte: Labtrans (2015)

Como visto na Figura 8, a ampliação da área de armazenagem ao norte do Porto de Natal compromete a Comunidade do Maruim. A disputa territorial por essa fração do território é histórica e a pressão exercida pela CODERN sobre a área ocupada pela Comunidade do Maruim é vista, de acordo com Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, há mais de 20 anos, conforme o Processo nº 10489.000427/97-98 de 20 de fevereiro de 1997. A CODERN solicitou à Gerência Regional do Patrimônio da União, GRPU/RN, a regularização de áreas do seu interesse, considerando a área correspondente à comunidade do Maruim. Em 2005, a CODERN solicitou novamente a regularização da área efetivamente ocupada através do Processo n. 04916.002804/2005, revelando assim, conforme o PRAC/Ribeira, um conflito fundiário urbano (TINOCO, BENTES SOBRINHA E TRIGUEIRO, 2008, p.180).

A complexidade da relocação da comunidade do Maruim, considerando-se os impactos sociais econômicos e culturais, constitui uma das principais questões apontadas nos pareceres técnicos expedidos pelos órgãos públicos nos processos de solicitação citados. (TINOCO, BENTES SOBRINHA E TRIGUEIRO, 2008, p.180).

Depois de anos de luta, de acordo com noticiário publicado no dia 03 de abril de 2018, na página virtual da CODERN, Emerson Fernandes, o diretor-presidente da Companhia, compareceu em audiência junto ao prefeito de Natal, Carlos Eduardo, para uma “definição em torno da antiga área da comunidade Maruim que passará a ser do Porto de Natal” (CODERN, 2018). Ainda de acordo com o noticiário, reconhecendo a luta existente baseada na área corresponde a Comunidade do Maruim, Emerson Fernandes afirma que: “Depois de 32 anos de luta persistente podemos alcançar o aumento da área de pátio do nosso Porto” (CODERN, 2018).

Hoje, grande parte dos moradores da antiga Comunidade do Maruim encontram-se no mesmo bairro de origem (Ribeira), no residencial São Pedro, obra construída com recursos do Governo Federal através do Programa minha Casa, Minha Vida. Outra parte dos moradores, como será apresentado mais adiante, optou, em acordo com a Prefeitura de Natal, em receber indenização referente ao valor do antigo imóvel. Como dito anteriormente, o reassentamento da Comunidade do Maruim só foi possível mediante mudanças nas práticas tradicionais de reassentamento da moradia social, levando o Porto de Natal e a comunidade a estabelecerem um canal

de negociações quanto ao território em disputa. Este processo é apresentado capítulo 3, pois, antes disso, acredita-se ser importante realizar uma caracterização da comunidade do Maruim revelando seus aspectos socioespaciais, como apresentados a seguir.

2.3 Comunidade do Maruim: aspectos históricos e socioespaciais

O processo de formação da comunidade do Maruim (Figura 9) foi iniciado na década de 1940 à margem do Rio Potengi em terreno pertencente ao Patrimônio da União, na Região Administrativa Leste de Natal/RN. Neste processo de formação, destaca-se a Colônia de Pesca como um dos marcos de sua ocupação. “Inicialmente o terreno foi sendo ocupado por casas de taipa e palha, em precárias condições físico-ambientais, tendo sido ignorado seu risco de inundação em função da proximidade com a área de Mangue” (TINOCO, BENTES SOBRINHA E TRIGUEIRO, 2008, p.169).

Figura 9: Registros fotográficos históricos da comunidade do Maruim



Fonte: Jorge Romano Neto (1981)

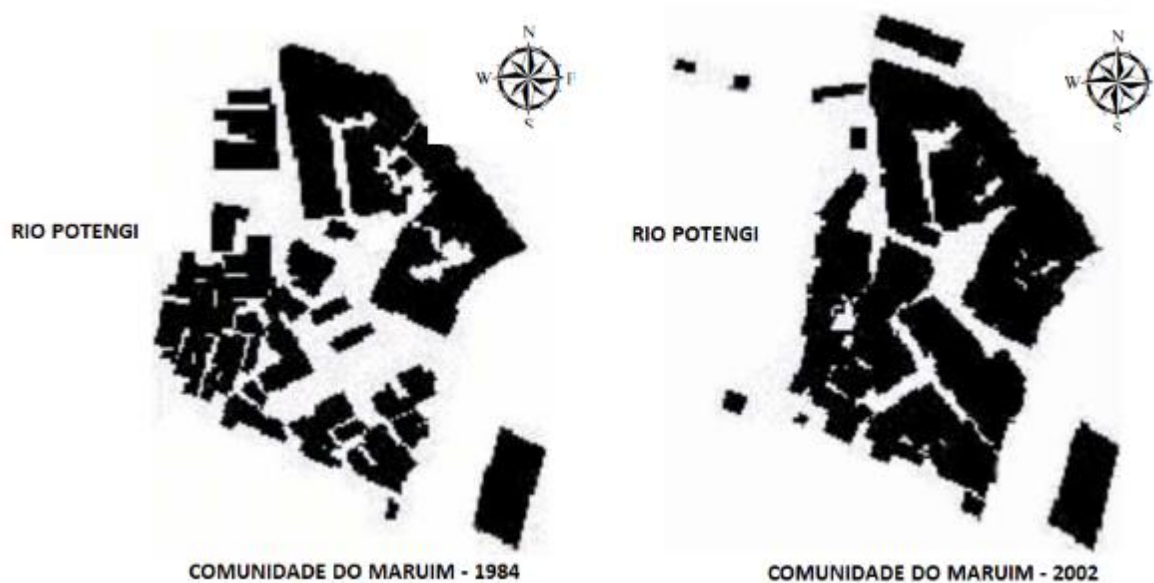
De acordo com Dantas (2013, p.32) a comunidade do Maruim caracteriza-se como uma ocupação residencial tradicional e precária, fator que exigiu intervenções

estatais para a promoção do direito à moradia e, nesse sentido, foi conferido tratamento especial à área em reconhecimento ao seu interesse social.

Nesse sentido, sobre a regulação do uso e ocupação do solo na comunidade do Maruim, é visto que a partir de 1984 essa área foi reconhecida como Área Especial, através da Lei Municipal nº 3.175/84 que a instituiu como Área Especial de Recuperação Urbana (AERU). Após dez anos, através da Lei Municipal nº 07 de 1994, a comunidade do Maruim foi reconhecida como uma Área Especial de Interesse Social (AEIS) inserida na Zona Especial Portuária (ZEP). Em 2007, com base na lei municipal nº 07/94, a comunidade do Maruim foi confirmada como AEIS.

Em 2002, conforme levantamento produzido acerca dos assentamentos irregulares na cidade de Natal, a comunidade do Maruim foi identificada como uma favela ocupada por invasão de foreiros em área de mangue, não sendo identificada, porém como área de risco. Este relatório aponta que a comunidade do Maruim possuía 140 habitações, onde moravam 147 famílias, compreendendo uma população de 685 moradores. A imagem a seguir revela a evolução espacial da área ocupada pela comunidade do Maruim entre os anos de 1984 e 2002, revelando uma maior ocupação em suas áreas internas (Figura 10).

Figura 10: Evolução da comunidade do Maruim entre 1984 e 2002

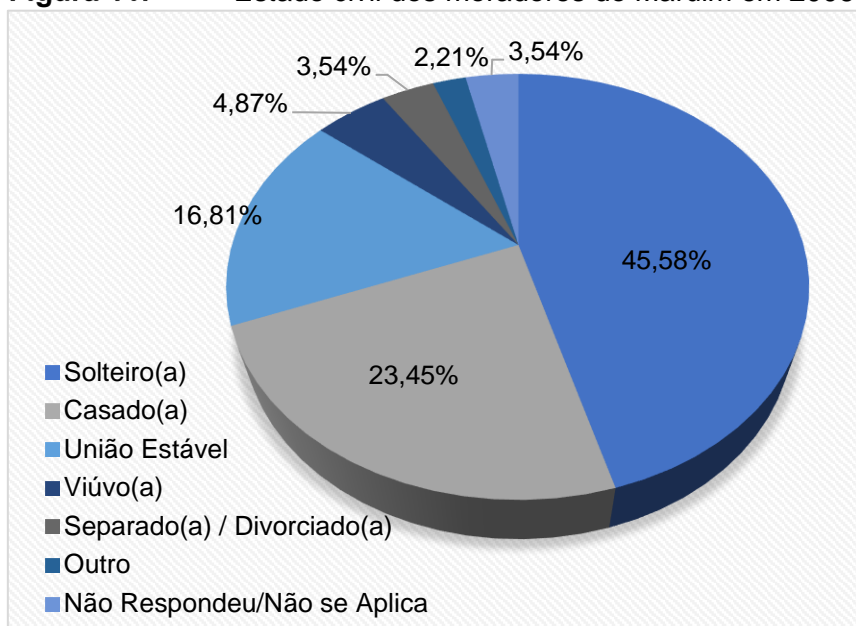


Fonte: Base Cartográfica GRPU/RN ([s./d.]); Editado pelo autor (2018)

No âmbito do PRAC/Ribeira, através da pesquisa socioeconômica e demográfica realizada em 2006⁴ inferiu que a população atual era de 381 habitantes, assentada em uma área de aproximadamente 1,5ha (15.183,52), com densidade de 254hab/ha. A pesquisa ainda aponta que as casas apresentavam baixo número de cômodos. 85,4% dos domicílios possuíam até dois cômodos utilizados como dormitório. A infraestrutura era bastante precária e apenas 67,4% dos domicílios deste setor possuíam abastecimento de água através da rede geral e 29% não tinham água canalizada para pelo menos um cômodo.

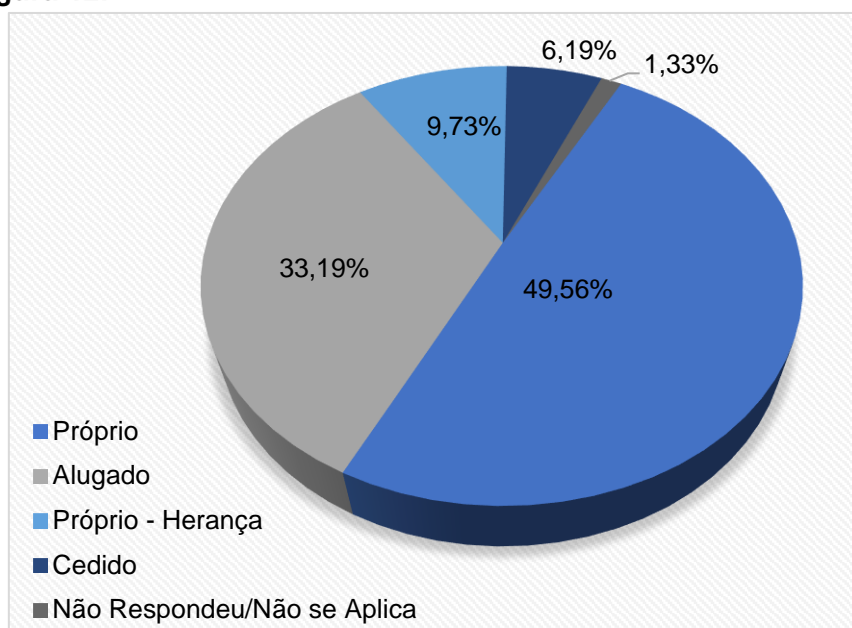
Ainda segundo a referida pesquisa, grande parte dos moradores da comunidade do Maruim são solteiros (45,58%) e possuem imóvel próprio (49,56%). Outra fração significativa da comunidade revela-se casado (23,45%) e morando em casa alugada (33,19%), como apresentando nos gráficos a seguir (Figura 11 e 12).

Figura 11: Estado civil dos moradores do Maruim em 2006



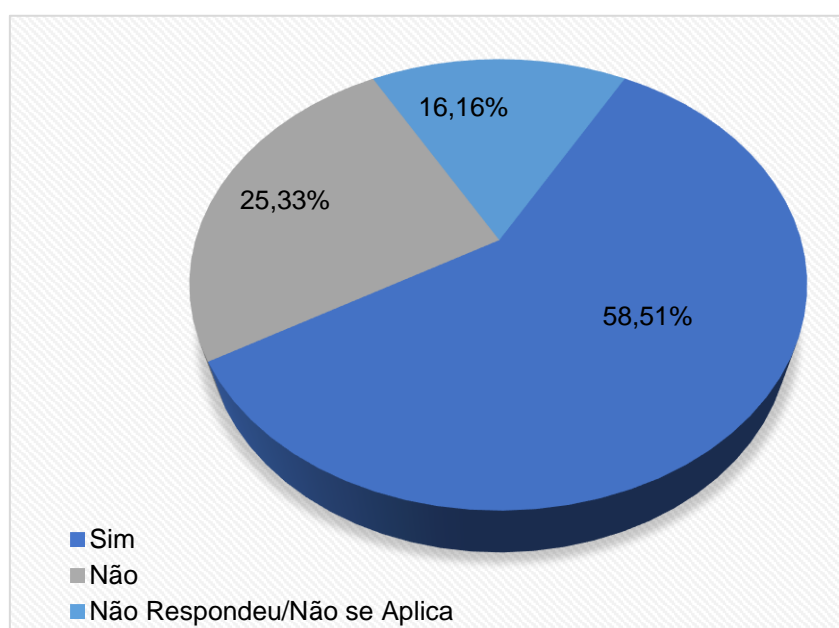
Fonte: PRAC/Ribeira (2006). Editado pelo autor (2018)

⁴ FREIRE, Flávio Henrique M de A. (Coord.). PLANO DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS – Ribeira: pesquisa socioeconômica e demográfica – com famílias residentes. Relatório sócio-demográfico 2. Natal, FUNPEC/UFRN, 2006.

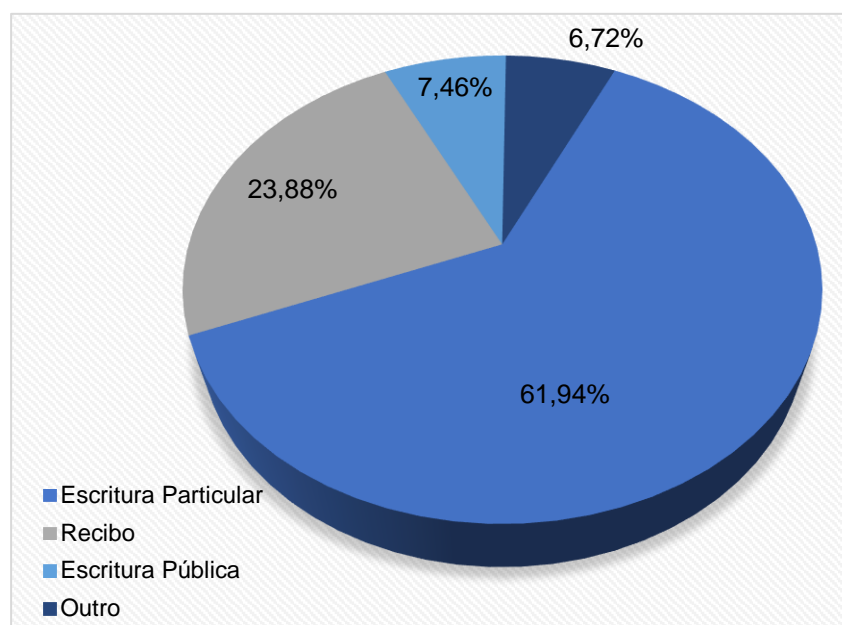
Figura 12: Natureza dos imóveis na comunidade do Maruim em 2006

Fonte: PRAC/Ribeira (2006). Editado pelo autor (2018)

A pesquisa registra que grande parte dos moradores (58,51%) mostraram a existência de algum tipo de documento referente à casa ou ao terreno (Figura 13), destacando-se, dentre os demais tipos de documentos existentes, a escritura particular (61,94%) e o recibo (23,88%), conforme exposto na figura 14.

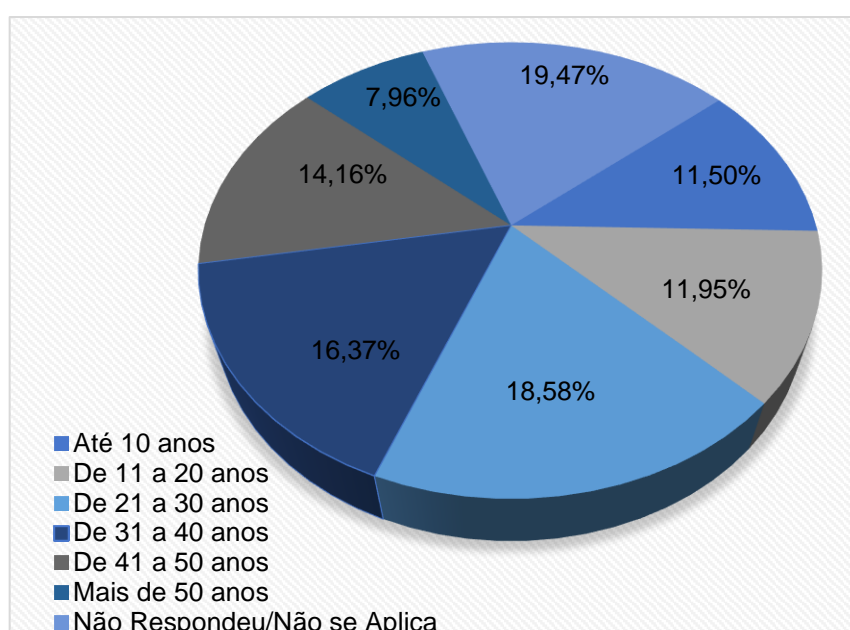
Figura 13: Existência de algum tipo de documento referente à casa ou terreno

Fonte: PRAC/Ribeira (2006). Editado pelo autor (2018)

Figura 14: Tipos de documentos existentes

Fonte: PRAC/Ribeira (2006). Editado pelo autor (2018)

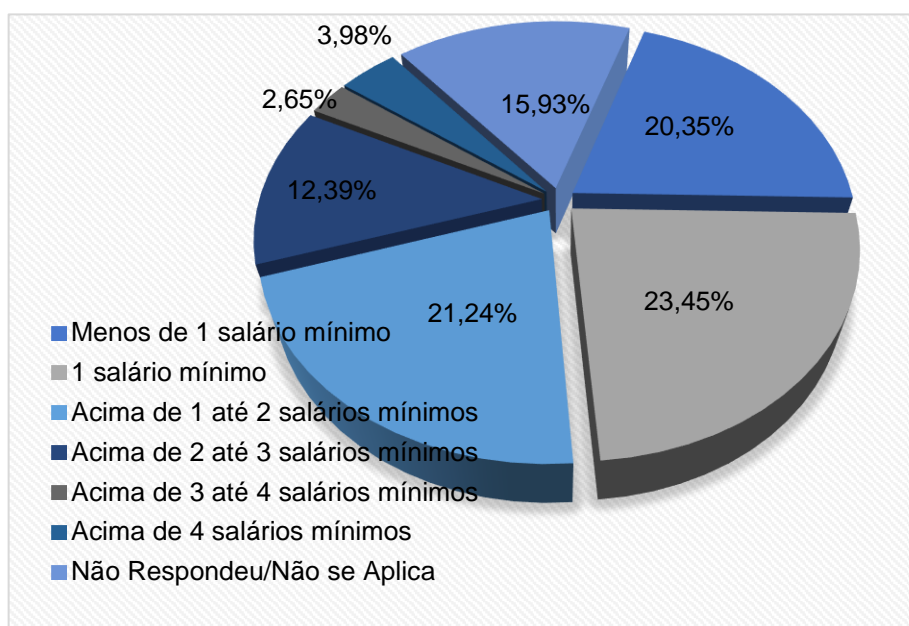
A maior parte dos moradores que responderam a pesquisa referente ao tempo de moradia (18,58%) alegou morar na comunidade no período de tempo de 21 a 30 anos. 16,37% afirmaram um tempo de moradia correspondente ao período de 31 a 40 anos e, em menor proporção, 7,96% dos moradores revelam morar na comunidade a mais de 50 anos (Figura 15).

Figura 15: Tempo de moradia dos moradores da comunidade

Fonte: PRAC/Ribeira (2006). Editado pelo autor (2018)

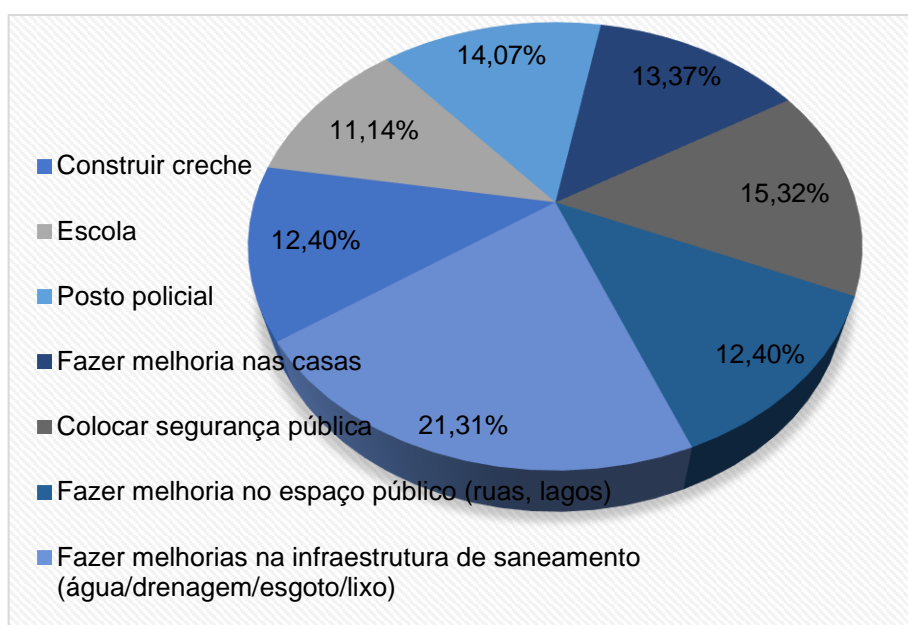
Um total de 23,45% dos moradores mostrou ter uma renda conjunta correspondente a um salário mínimo, enquanto outras menores parcelas da população alegaram possuir uma renda conjunta acima de 3 até 4 salários mínimos (2,65%) e acima de 4 salários mínimos (3,98%). Um número considerável dos moradores da comunidade (20,35%) afirmou possuir, no período, uma renda conjunta inferior a 1 salário mínimo (Figura 16).

Figura 16: Renda dos Moradores da Comunidade do Maruim



Fonte: PRAC/Ribeira (2006). Editado pelo autor (2018)

Figura 17: Prioridade de intervenção na comunidade do Maruim



Fonte: PRAC/Ribeira (2006). Editado pelo autor (2018)

Além disso, apontamentos sobre o que poderia ser realizado no sentido de melhoria da comunidade do Maruim revelaram que grande parte dos moradores da comunidade (21,31%) apontaram, como prioridade de intervenção, a questão da infraestrutura de saneamento - água, drenagem, esgoto e lixo (Figura 17).

Conforme revela Lima (2015), a comunidade do Maruim revelou-se um ambiente cercado por problemas referentes à ordem social, política e econômica, porém acredita o autor que “o mais contundente de todos os problemas está no fato daquela Comunidade se figurar num Conflito Fundiário Urbano com o Porto de Natal” (LIMA, 2015, p. 63). Nesta pesquisa, a ideia de Conflito Fundiário Urbano se valerá da definição orientada pelo Art. 3º da Resolução Recomendada nº 87, de 8 de dezembro de 2009, do conselho das cidades – CONCIDADES, conforme apresentada a seguir:

Art. 3º. Para fins da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, considera-se: I. conflito fundiário urbano: disputa pela posse ou propriedade de imóvel urbano, bem como impacto de empreendimentos públicos e privados, envolvendo famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis que necessitem ou demandem a proteção do Estado na garantia do direito humano à moradia e à cidade.

Sobre o conflito fundiário entre o Porto de Natal e a Comunidade do Maruim, Tinoco, Bentes Sobrinha e Trigueiro (2008), revelam que:

As questões que se colocam sobre a comunidade do Maruim em sua relação com os objetivos de expansão do Porto de Natal, se inserem na tipologia de conflito fundiário urbano por: (i) localização, (ii) precariedade no atendimento do direito à moradia (ex: baixa habitabilidade das moradias, insegurança da posse), de acordo com a Política de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, em discussão pelo grupo de trabalho do Conselho das Cidades – Ministério das Cidades. Essa iniciativa visa dotar o estado e a sociedade de instrumentos para a resolução dos conflitos decorrentes de impactos gerados por projetos de crescimento econômico em curso no país, por ações de despejos forçados, entre outros (TINOCO, BENTES SOBRINHA e TRIGUEIRO, 2008)

Como visto anteriormente, o Porto de Natal reivindicava de forma sistemática a área correspondente à comunidade do Maruim, o que ocasionou a existência de um conflito fundiário urbano às margens do rio Potengi. Nota-se que a solução engendrada foi o reassentamento da comunidade para Residencial São Pedro,

também localizado no Bairro da Ribeira em terreno próximo ao de origem da comunidade. Dessa forma, o próximo capítulo apresentará o processo de negociação entre o Porto de Natal e os moradores da Comunidade do Maruim, identificando os atores envolvidos durante o processo e a incidência de suas ações sobre o território.

3 CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO FUNDIÁRIO URBANO: IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES E SUAS ESTRATÉGIAS

Neste capítulo é apresentado o processo de negociação - assim como os atores envolvidos no processo - que resultou no reassentamento da comunidade do Maruim para o residencial São Pedro. São expostas as ações desses agentes com base em suas articulações e estratégias.

Dessa forma, as informações contidas neste capítulo possibilitam realizar uma análise acerca da relação entre ação dos agentes e as transformações territoriais resultantes da ação desses grupos sobre o tecido urbano da Ribeira e bairros adjacentes, que será apresentada ao final do capítulo 4.

Para o desenvolvimento e organização do capítulo foram considerados os documentos coletados e as entrevistas realizadas com agentes que fizeram parte do processo de negociação, considerando relatos que compreendem o momento de início das solicitações das áreas pela CODERN até o momento de reassentamento da comunidade do Maruim para o residencial São Pedro que ocorreu em 2016.

3.1 Caracterização do conflito fundiário urbano

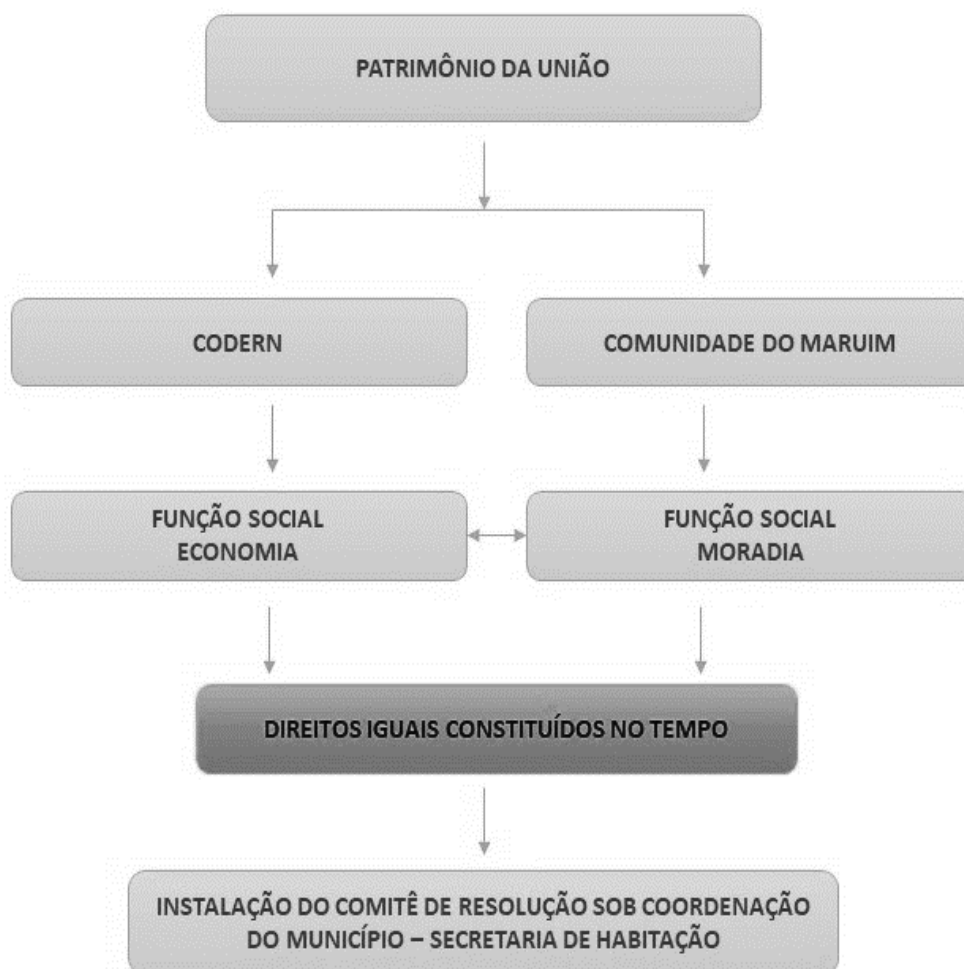
Como apresentado anteriormente, o porto de Natal e a comunidade do Maruim iniciaram um processo de conflito fundiário urbano a partir das solicitações realizadas pelo Porto, em 1997, com base no interesse de expansão de sua área. No entanto, cabe destacar que, conforme apresentado no PRAC/Ribeira, o porto de Natal e a comunidade do Maruim possuem direitos adquiridos ao longo do tempo e, além disso, ambos ocupavam terreno pertencente a União.

É visto que o porto de Natal e a comunidade do Maruim adquiriram seus direitos ao longo do tempo em virtude do cumprimento de sua função social. Se por um lado o Porto de Natal cumpriu sua função social na perspectiva da economia, por outro lado, a comunidade do Maruim desempenhou sua função social no âmbito da moradia.

Ainda é apontado que, com o objetivo de resolver o problema do conflito fundiário urbano, foi proposto um comitê de resolução sob a coordenação do

Município de Natal, através da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE (Figura 18).

Figura 18: Diagrama de processo baseado no conflito fundiário entre o porto e Maruim



Fonte: PRAC/Ribeira (2008). Editado pelo autor (2018)

Considerando que a construção do porto de Natal praticamente coincide com a chegada dos primeiros moradores da Comunidade do Maruim, na década de 1920, a tensão entre esses dois territórios (Figura 19) remonta o percurso histórico de ambos.

Contudo, a sinalização de recursos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, lançado pelo Governo Federal em 2007, aprofundou as pressões sobre a Comunidade do Maruim, uma vez que o Porto de Natal se inseriu na agenda do PAC, com possibilidades concretas de obtenção de recursos para sua expansão, como será visto posteriormente neste capítulo.

Figura 19: Área do conflito fundiário em 2008



Fonte: Google Earth Pro – Image Landsat/Copernicus. Elaborado pelo autor (2018)

A área em questão, ocupada pela comunidade do Maruim, estava sob responsabilidade do Patrimônio da União.

Levando isso em consideração, a seguir, serão apresentados relatos baseados em entrevista realizada no dia 11 de setembro de 2018, com a então superintendente do Patrimônio da União do RN (SPU/RN) no período correspondente ao conflito, que revelam a relação inicial entre a CODERN e a Superintendência do Patrimônio da União, caracterizando a posse da terra como elemento importante de poder e

mediação da disputa, assim como a participação da SPU como estratégica na tentativa de atender, de forma pacífica, as duas agendas em conflito.

3.2 “Terra é Poder”: relações entre CODERN e Superintendência do Patrimônio da União do RN (SPU/RN)

Segundo a entrevista realizada com a superintendente responsável pelo processo de cessão da área na época do conflito, a SPU iniciou o processo de solicitação da CODERN pela área ocupada pela comunidade. No entanto, identificou-se que se tratava de uma área ocupada por famílias de baixa renda e foi sugerido à CODERN discussões com os moradores.

A CODERN ficou quieta, na época. Nossa discussão com a CODERN era a seguinte: essa área não será cedida se não tiver uma discussão com a comunidade. E aí entrava o pessoal dos pescadores, a colônia e vários outros atores: a própria comunidade, representantes da comunidade. Tinha um levantamento dessas áreas e a grande maioria eram pessoas que trabalhavam aqui mesmo, nessa área, na Ribeira, e a gente queria uma área que proporcionasse dignidade para essas pessoas (SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2018).

Em carta emitida pela CODERN no dia 29 de dezembro de 2005, direcionada à Secretaria do Patrimônio da União com sede em Brasília e que trata sobre a cessão da área da comunidade do Maruim (ANEXO I), é visto que a área requerida pela CODERN alcança 15.183,52 metros quadrados. A justificativa da CODERN de solicitação da área do Maruim é baseada em seu interesse em instalar uma linha de cabotagem (que requer a construção de um armazém com área mínima de 5000 m²) e nas linhas de longo curso de navios porta contêineres para a Europa e para a costa Leste dos Estados Unidos (que requer uma área de 10.000m² para armazenagem e circulação). As instalações, ainda com base no documento, seriam para fins de ampliação das atividades do Porto.

Neste contexto, de acordo com entrevista e documentados coletados, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) se mostrou agente importante no processo de negociação. Levando em conta que profissionais da instituição

atuaram na coordenação do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Bairro Ribeira – PRAC/Ribeira⁵, a ação desses profissionais mostraram-se relevantes no sentido de reconhecer o conflito fundiário existente, estabelecendo diálogos com a Gerência Regional do Patrimônio da União GRPU/RN e com integrantes da própria comunidade.

Com base em ofício enviado para a Gerência Regional do Patrimônio da União pela, na época, integrante da coordenação do PRAC/Ribeira, em 15 de junho de 2007, (ANEXO II), a UFRN solicitou informações sobre a situação fundiária da comunidade do Maruim, no âmbito da gestão de áreas públicas pela União. No ofício enviado à GRPU/RN foi questionado se a área ocupada pela comunidade do Maruim possuía algum termo de cessão/regularização fundiária para ente público ou privado. Além disso, foi solicitado a identificação dos possíveis imóveis com registros de ocupação.

Em 18 de junho de 2007, através do ofício nº 0763 emitido pela GRPU/RN com destino à professora do Departamento de Arquitetura da UFRN, na época, integrante da coordenação do PRAC/Ribeira (ANEXO III), foi informado: (i) que a área ocupada pela comunidade do Maruim foi objeto de pedido de cessão pela CODERN (conforme visto anteriormente na Carta DP – 337/2005) e a solicitação protocolada em 04 de janeiro de 2016; (ii) sobre a importância dada pela GRPU da participação de outros agentes, como a SEMURB, SEMTAS e a CODERN, nas questões relacionadas ao reassentamento da Comunidade do Maruim e (iii) sobre a existência de um registro imobiliário Patrimonial – RIP de alguns ocupantes da área da comunidade (APÊNDICE I).

A entrevista realizada revelou que, após aval da Secretaria do Patrimônio da União com sede em Brasília, as solicitações da CODERN foram atendidas e, diante disso, foi iniciado o processo de diálogo com a comunidade, sugerindo também a participação da comunidade do Maruim e a presença na CODERN durante as reuniões (ANEXO IV):

Quem é dono tem poder. Terra é poder. Aí eu disse: só tem uma forma de vocês terem essa área de volta: removendo essas pessoas para uma área digna aqui próximo. Não tem outra forma. O Patrimônio da União não aceita. E aí conversei com a nossa secretária do Patrimônio da União, conversei, recebi o aval dela e aí nós fizemos isso. Então, a minha impressão, o que nós sentimos na época, sentimos a participação do Patrimônio da União e ficamos muito felizes daquela área ser da União, assim, vibramos! Porque era uma

⁵ Plano desenvolvido pela Prefeitura de Natal, coordenado pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPPLA), contando com a consultoria FUNPEC/UFRN.

área da União e a gente tava com essa coisa na mão, com o poder na mão, da terra. Era uma área que ou era ou era. O porto não tinha outra área, então eles tinham que aceitar minimamente as nossas condições. Chegamos a um impasse, a vários impasses na época, mas enfim, nós conseguimos, e foi quando começamos. E aí nessa situação nós também dissemos o seguinte: e tem mais! a comunidade precisa participar e a CODERN precisa tá junto, só que a CODERN não ia pras reuniões. Mas não foi, pra nenhuma, mas de alguma forma a gente repassava o que acontecia junto à comunidade a gente repassava pra CODERN. Então essa foi a visão que eu tive, na época, da condição daquela comunidade e o poder que a gente conseguiu (SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2018).

A entrevista também mostrou que a SPU percebeu o processo como uma oportunidade de solucionar dois problemas: o problema da necessidade de expansão do Porto e o problema da falta de moradia digna para os moradores da comunidade:

Terra é poder mesmo, e vou dizer o porquê: a gente teve reuniões com a CODERN, várias reuniões, muito difíceis, porque a CODERN tinha o dinheiro e queria fazer as coisas acontecerem e nós tínhamos uma comunidade que precisava ser assistida e precisava, a moradia, ter condições dignas de vida e até mais, muito mais do que aquilo ali. E pra nós foi uma oportunidade, o Patrimônio da União, eu que estava participando de um governo que tinha essa matriz social, inclusive de moradia, de dá dignidade as pessoas (SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2018).

Além disso, foi revelado que o recurso do PAC para as obras de expansão do Porto dependia da certeza da área correspondente à comunidade Maruim, porém, a cessão só se daria através de diálogos com a comunidade a fim de solucionar o problema da habitação:

Dependia. Dependia que eles tivessem a cessão da área. Porque aquilo ali, aquela área, nós não doamos, não, nós cedemos. E pra nós cedermos, eles tinham que cumprir com essas obrigações que estavam em ata (SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2018).

No entanto, a cessão da área só aconteceu após discussão com a comunidade e realização dos projetos, pela prefeitura, que solucionariam o caso:

E aí quando foi tudo resolvido, o Patrimônio da União cedeu, eu acho, que três ou quatro áreas, porque foram divididas as áreas e uma parte ficou com a comunidade que inclusive não tinha nem cedido ainda pra comunidade, porque estava em projeto ainda e essa comunidade ia ser beneficiada com a

documentação a partir do momento que ia sendo organizada toda aquela área de comércio ali. E não foi, acho que até agora (SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, 2018).

Em 2009 foi assinado um protocolo de corporação federativa entre o Governo Federal e a Prefeitura de Natal. Este documento garantiu a inclusão das obras de remoção da comunidade do Maruim no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (NATAL, 2009). Nesse período, o investimento do PAC em Natal correspondeu a R\$ 12 milhões, que foram oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), contemplando a segunda etapa do projeto que envolvia o reassentamento da favela do Maruim, investimentos nas comunidades São José do Jacó, do bairro das Rocas, e Sopapo, área pertencente ao bairro de Mãe Luiza, Natal/RN.

Nesse contexto, é verificado que entre 2008 e 2015 se desenvolveram ações por parte da Prefeitura de Natal no sentido de solucionar o problema habitacional da comunidade do Maruim. Porém, foram iniciativas pontuais de aquisição de imóveis na região ou em outros bairros da cidade e que não lograram êxito. A participação da Prefeitura de Natal, considerando as estratégias utilizadas e sua relação com demais agentes que atuaram na “resolução” do conflito, é apresentada no tópico a seguir.

3.3 Mecanismos da Gestão Municipal para a resolução do conflito: a participação da Prefeitura de Natal

De acordo com entrevista realizada com técnicos da SEHARPE que atuaram durante o processo de negociação⁶, foi visto que a primeira ação consistiu na transferência de algumas famílias para outros bairros da cidade - entre 2009 e 2010, orientada conforme a preferência dos moradores. Esta ação contou com a iniciativa da Prefeitura de Natal na aquisição de imóveis para 17 famílias que aceitaram a proposta de transferência. Esse processo ocorreu durante a gestão da prefeita Micarla Araújo de Sousa Weber (gestão 2009-2012).

⁶ Entrevista realizada no dia 20 de março de 2018 com representante do Departamento de Projetos da SEHARPE equipe técnica da SEHARPE/PMN.

Conforme Lima (2015), algumas famílias transferidas retornaram à comunidade do Maruim argumentando a difícil adaptação à “nova vida” distante do Rio Potengi, local de desenvolvimento da atividade pesqueira, importante para a subsistência dessas famílias.

De acordo com dados da referida entrevista, além dessas ações não foram realizadas novas transferências até o final do mandato da referida Prefeita no final de 2012. Foram evidenciados os problemas na aquisição de imóveis e a dificuldade em encontrar unidades habitacionais tituladas e com preço compatível com o orçamento do programa.

As relações estabelecidas inicialmente entre Porto de Natal e Prefeitura, foram relatadas com base na entrevista realizada em 20 de setembro de 2018 com técnico que atuava no departamento de ações sociais no período do conflito, pelo Departamento de ações sociais⁷.

O Porto, com vista em seus interesses de expansão, buscou a prefeitura através de visitas à SEMURB (Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo) e SEHARPE. No momento em que a CODERN veio solicitar à prefeitura ações referentes à comunidade do Maruim, já havia uma preocupação da própria prefeitura com essas áreas que estavam inseridas no projeto Natal do futuro⁸. Em outro trecho da entrevista é visto que articulação foi dada entre prefeitura e o Porto, considerando, além da necessidade de expansão das áreas em questão, o direito à moradia para a comunidade do Maruim. Ao ser questionado acerca da secretaria responsável por tocar o projeto adiante, após conversas com o Porto de Natal, o técnico entrevistado afirma que a SEHARPE se destacou como a grande responsável por propor projetos e dialogar inicialmente com a comunidade.

Terminou sendo, terminou sendo. Surgiram projetos dentro do Natal do futuro e, aí, quando foi instituída a SEHARPE, quem conduziu mesmo todo o início do projeto, quem iniciou a conversa com a comunidade foi a SEHARPE (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL DA SEHARPE, 2018).

⁷ Entrevista realizada no dia 20 de setembro de 2018 junto ao Departamento de Ação Social da SEHARPE/PMN

⁸ O Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal, Natal do Futuro, foi estruturado no sentido de garantir a articulação entre a execução das obras físicas e a realização de intervenções sociais, com base no processo de planejamento de planos e projetos de urbanização integrada desenvolvidos pelos técnicos da Prefeitura de Natal que fizeram parte do Plano Plurianual 2006-2009 (c.f. NATAL, 2006).

A Prefeitura de Natal, ao pensar a questão fundiária na época, articulou-se com a SPU e cartórios no sentido de elaborar um projeto de intervenção para a área. No entanto, foi relatado que a primeira proposta de aquisição de imóveis, viabilizada com base em recursos do PAC1, através do financiamento de interesse social.

Se não me falhe a memória, dentro do PAC1 tinha o financiamento de interesse social para as áreas de interesse social, aí foi garantido o primeiro recurso para reassentar parte da comunidade. Quando foi garantido esse recurso, a gente já começou as conversas com a comunidade, a gente já começou a adentrar a comunidade (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL DA SEHARPE, 2018).

As conversas com a comunidade se iniciaram visando identificar os interessados pela proposta. No total, 11 famílias foram remanejadas para o bairro das Quintas. A escolha do local se deu por parte dos moradores a partir de um banco de dados estruturado pela prefeitura.

É! Eles quem escolheram, é! Quando o município, através da SEHARPE, fez esse banco de dados com uma parceria com uma instituição que levantou a questão dessas unidades no município de Natal, teve um banco de dados imobiliário de casas disponíveis à venda que se encaixavam nesse valor para a aquisição, e aí o município só gerenciava, só monitorava esse recurso. Os recursos vinham via FNHIS, o município gerenciava, mas a aquisição da casa era feita no nome do beneficiário e aí o beneficiário já recebeu aquela casa devidamente regularizada, que foram essas 11 famílias que foram para lá (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL DA SEHARPE, 2018).

Foi visto que o interesse da comunidade, no processo de negociação com a prefeitura era o de permanecer na região leste, próximo ao local de origem da 15 comunidade. A entrevista relata a participação de alguns membros da comunidade e a defesa de suas necessidades.

“A gente quer moradia pra todos!”, “a gente não quer sair!” - Foi uma fala para eles e que terminou sendo consolidada – “não quero sair da região!”, e no primeiro momento a gente ia ver pra outros locais, outra região no município de Natal, mas graças a deus que deu certo pra mesma Região Leste, que é onde eles moravam. A gente quis também garantir esse direito da região, se eles não conseguiram ficar ali, até mesmo por causa da questão da subsistência, muitos, muitos, ligados ali a questão da pesca, a questão da praia, que tinham o acesso perto pra irem caminhando, pra venderem comidas, bebidas (DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL DA SEHARPE, 2018)

Não foram realizadas novas transferências até o final do mandato da referida Prefeita no final de 2012. Foram evidenciados os problemas na aquisição de imóveis e a dificuldade em encontrar unidades habitacionais tituladas e com preço compatível com o orçamento do programa. Nesse contexto a prefeitura de Natal, através da SEHARPE, identificou a necessidade de investir na construção de novas habitações. A Prefeitura de Natal atuou junto à Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades no sentido de alterar o contrato que tratava sobre o reassentamento da comunidade do Maruim, revisando assim a proposta de aquisição dos imóveis. A nova proposta consistiu na articulação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC com o Programa Minha Casa Minha Vida 2 (PMCMV), que havia sido lançado em 2009 pelo Governo Federal.

Inicialmente foram identificados três terrenos potenciais para o reassentamento da comunidade do Maruim na área de entorno. O primeiro não logrou êxito, pois ao se apresentar, nominalmente, como pertencente à empresa Engequip tornou duvidosa a parcela do terreno pertencente à União. O Segundo terreno estava sob a gestão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, contando com uma área de aproximadamente dois mil e setecentos metros quadrados, enquanto o terceiro terreno estava sob a gestão da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – SEMSUR, possuindo uma área de aproximadamente oito mil e setecentos metros quadrados. Por fim, esse 16 último terreno foi definido por possuir maior área para construção e por atender aos critérios de localização, ou seja, próximo à comunidade do Maruim.

Assim, o reassentamento da comunidade do Maruim foi efetivado para o Residencial São Pedro em 2016, sendo a área do assentamento anexada ao Porto de Natal. Registros fotográficos realizados em 15 de março de 2018 sinalizam o andamento do projeto de expansão do Porto ao apresentar as demolições das edificações existentes na antiga área ocupada pela comunidade do Maruim (Figura 20 e 21), apesar de também ser observado a resistência da colônia de pescadores no local, conforme discussão no tópico a seguir.

Figura 20: Imagem 1 das demolições na antiga área ocupada pela comunidade



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 21: Imagem 2 das demolições na antiga área ocupada pela comunidade



Fonte: Acervo do autor (2018)

Cabe destacar, aqui, o fato de que a Prefeitura de Natal, através da SEHARPE, colocou-se também como relevante agente nesse processo de negociação junto à

comunidade do Maruim, consolidando uma ação de reassentamento diferenciada daquelas que historicamente vinha realizando no município, caracterizadas pela remoção para áreas periféricas e distante dos assentamentos de origem.

3.4 Resistência da Colônia de Pescadores no território em disputa

Como exposto anteriormente, a Colônia Cooperativa dos Pescadores Z-4 José Bonifácio destacou-se como o marco da ocupação da comunidade do Maruim ainda no início do século XX (Figura 22).

Figura 22: Localização da Colônia de pesca em sua área de origem



Fonte: Google Earth Pro – Image Landsat/Copernicus. Elaborado pelo autor (2018)

Apesar da Colônia responsabilizar-se, além de outros assuntos, por questões relacionadas ao cadastramento de pescadores artesanais que exercem suas atividades no âmbito do Rio Potengi (considerando pescadores residentes em outras localidades, além do Maruim), é possível perceber relação entre a Colônia e os moradores da comunidade que, por exemplo, faziam uso do seu espaço físico para reuniões comunitárias.

Em que pese à conclusão do reassentamento da comunidade do Maruim, o mesmo não se verificou com relação à Colônia de Pesca implantada praticamente no centro do citado assentamento.

Em meio a escombros de demolição das casas da comunidade do Maruim, a direção da Colônia de Pesca ainda aguarda a solução por parte da CODERN, segundo o acordo firmado sobre as novas instalações em área igualmente próxima, como é revelado a seguir no trecho da entrevista realizada com a Colônia no dia 15 de março de 2018: “Nós temos um termo assinado, CODERN, Prefeitura, Governo Estadual e Governo Federal que diz: só sai daqui se fizer uma sede nova” (COLÔNIA DE PESCADORES, 2018).

Além da construção da nova sede, a entrevista revelou que o acordo trata sobre a construção de um novo porto artesanal para os pescadores. Sobre tal acordo, o Jornal Tribuna do Norte (2018) aponta que o diálogo com as instituições governamentais é quase inexistente quando se trata desses dois projetos: a construção de uma nova sede para a colônia de pescadores José Bonifácio e um novo porto artesanal para os pescadores vinculados à Colônia. Até o presente momento, a pesquisa registrou a permanência da Colônia de Pesca em sua área de origem (Figura 23).

Ainda é importante enfatizar que existe uma proposta de reurbanização das áreas próximas à Comunidade do Maruim, incluindo o Canto do Mangue (Figura 24), visto pela comunidade como de relevância socioeconômica - por ser local de comercialização do peixe, produto da atividade da pesca artesanal - e, além disso, possui também relevância simbólica, levando em conta a paisagem que incorpora o conjunto arquitetônico e urbanístico inseridos em área central da cidade. Em visita ao Canto do mangue, também realizada no dia 15 de março de 2018, foram realizados alguns registros da área, conforme são apresentados a seguir nas figuras 25, 26 27 e 28.

Figura 23: Fachada da Colônia de pesca em sua área de origem



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 24: Placa sinalizando as obras de urbanização da área



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 25: Mercado do Peixe (Canto do mangue)



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 26: Bar do Pernambuco (Canto do Mangue)



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 27: Ancoradouro de Pesca (Canto do Mangue)



Fonte: Acervo do autor (2018)

Figura 28: Praça do Canto do Mangue



Fonte: Acervo do autor (2018)

Foi identificado, através dos registros, o andamento de uma obra na praça central do Canto do mangue e, além disso, foi registrado um cenário de demolição das antigas casas dos moradores da comunidade do Maruim. No entanto, não foram identificadas, até o momento de captura dos registros, outras intervenções maiores na área em questão.

No tópico a seguir, com vista a concluir a narrativa sobre a trajetória de negociações e estratégias dos atores envolvidos no processo de reassentamento para o residencial São Pedro, será apresentada a participação da comunidade do Maruim com base nos relatos dos próprios moradores.

3.5 Participação da comunidade do Maruim à luz da percepção dos moradores

Em entrevista realizada no dia 09 de janeiro de 2019 com representante dos moradores da comunidade do Maruim, colocaram-se alguns relatos sobre a trajetória de negociação, assim como sobre diversos aspectos relacionados ao processo de reassentamento.

Foi visto que as demandas do projeto de expansão do porto de Natal chegaram até a comunidade por meio de técnicos da prefeitura, através da convocação de reuniões. Foi revelado que, se de um lado a CODERN apresentava sua agenda de expansão das instalações portuárias na área ocupada pela comunidade, por outro lado a comunidade sinalizava sua resistência ao apresentar a necessidade de permanecer nas áreas próximas ao Rio Potengi, lugar fundamental para o desenvolvimento da atividade da maioria dos trabalhadores da comunidade: a pesca.

Foi através da prefeitura, né? Depois houve a ligação entre a prefeitura, a comunidade e a CODERN. Eu, como era representante do bairro, aí, eu e mais alguns moradores, a gente era convidado a ir à CODERN e, nas reuniões, a gente entrar em algum acordo. Porque, assim: eles queriam no máximo a área limpa, só que a gente não queria, assim, uma coisa tão de repente, porque tinha que se estudar uma área que fosse perto de onde eles trabalhavam, porque a maioria eram pescadores e isso ia tirar muito o sustento da gente. E a gente não queria sair da área, a gente queria morar em áreas próximas ao canto do mangue, à maré, porque é de lá que as pessoas se deslocam daqui para tirar seu sustento, a maioria, né? (COMUNIDADE DO MARUIM, 2019).

Foi relatado que as pressões diretas da CODERN que atingiram a comunidade, no período de negociação e resistência, aconteciam de várias formas, sendo a principal, a atividade noturna de trabalhadores numa área próxima de armazenamento do sal, onde a poluição sonora, através do barulho do maquinário, impossibilitava o sono dos moradores. A presença do armazenamento de sal em área próxima às casas dos moradores foi percebida através de registro fotográfico realizado na área da comunidade do Maruim mesmo após o reassentamento (Figura 29).

Eles fizeram tanta pressão com a gente que eles colocaram um sal, lá, e a gente não conseguia dormir. Durante o dia você não via ninguém trabalhando nesse sal, mas à noite ninguém conseguia dormir, as máquinas em cima daquele sal, para a gente dormir, às vezes, os meninos, juntavam, ficavam em cima do muro jogando pedra nos trabalhadores, que eles não tinham nada a ver com isso, mas a gente sentia como era uma forma de querer se fosse uma forma da gente sair dali de qualquer jeito. Porque a gente trabalhava de manhã cedo e a gente queria dormir à noite, né? E a gente não conseguia dormir (COMUNIDADE DO MARUIM, 2019).

Figura 29: Presença de Sal próximo às casas da comunidade do Maruim



Fonte: Acervo do autor (2018)

Além disso, ao ser questionado sobre a existência de propostas lançadas pela CODERN para a comunidade, constatou-se que a CODERN transferiu para a prefeitura a responsabilidade de propor soluções, excluindo-se desse trabalho:

Eles queriam a área, mas deixaram a prefeitura tomar conta de todo o processo de negociação. Eles não ficavam totalmente envolvidos com o trabalho da gente, não, quem ficava era a prefeitura, somente (COMUNIDADE DO MARUIM, 2019).

Acerca da articulação entre a comunidade e a colônia de pescadores, foi visto que a colônia se mostrou ser, durante o processo, um apoio importante para os moradores no sentido de dar suporte informativo, além de dar suporte físico ao disponibilizar para as reuniões de negociação, por exemplo, o espaço onde ainda hoje é localizada a sede da colônia de pesca. Em trecho da entrevista é dito que: “a colônia dava suporte, ela nos informava de todos os direitos que nós tínhamos, que a gente era leiga a isso, né? Ela cedia o local pra gente, às vezes”.

Acerca das propostas sugeridas pela prefeitura, foi relatado que a primeira, que tratava sobre a aquisição de imóveis, não foi bem-sucedida devido às dificuldades que os moradores tiveram em encontrar casas próximas ao local de origem com o valor estipulado pela prefeitura. No entanto, a segunda proposta de reassentamento para o residencial São Pedro foi acatada pela maioria dos moradores por diversos motivos, incluindo a dificuldade em resistir às pressões diretas da CODERN e pela escolha da localização próximo ao rio Potengi, como é mostrado nos trechos da entrevista a seguir:

Bom, fizeram uma reunião, né? e disseram que estava havendo uma construção aqui que era pra nós. A construção já estava sendo iniciada e a gente não sabia pra quem era, mas a gente como era muito curioso, a gente saía de lá e vinha pra cá e pegava amizade com os pedreiros e já íamos perguntando (COMUNIDADE DO MARUIM, 2019).

A gente concordou, assim, porque, era um ambiente, centralizado, perto de tudo, né?, tá perto de todos os órgãos e estamos perto do Rio. Então foi bem aceito por isso, porque justamente se fosse pelo valor simbólico da prefeitura a gente não teria saído dali, nunca! A gente não queria sair de perto das famílias. É tanto que quando a gente veio pra cá se houve um acordo assim: a gente, se quisesse trazer a própria família pra morar todo mundo junto, ou os vizinhos. Muita gente quis morar com a família toda. Tem um bloco aí só

de famílias, tem um bloco só de vizinhos (COMUNIDADE DO MARUIM, 2019).

Assim, essa construção, aqui, próxima a tudo, foi tudo bom pra gente. Porque a gente ficou perto de tudo. A gente tá perto do hospital. Agora voltou a funcionar, o hospital que era ali, né? O reassentamento foi uma ação positiva até demais (COMUNIDADE DO MARUIM, 2019).

O canto do mangue surgiu nos relatos como importante local de atividade dos pescadores residentes na comunidade e esse motivo justificou a resistência da comunidade em permanecer na área e, posteriormente, a aceitação da comunidade em ser reassentada para um lugar próximo daquele de origem. A fabricação de ferramentas de pescaria, como as redes, foi uma das atividades citadas e, além disso, o lugar foi caracterizado como o local de comercialização dos produtos:

O Canto do mangue é o canto de apoio dos pescadores. Porque lá é onde eles ficam fazendo as redes de pesca, é onde eles trazem o peixe é onde eles negociam o peixe. Depois que a gente mudou pra cá o movimento do canto do mangue ficou muito fraco em questão de movimento, até os próprios comércios que se beneficiavam com a gente, ali, certo? Como padarias, mercearias conveniências, farmácias... até o movimento, assim, ficou muito esquisito, porque parece que a gente era quem gerava toda a renda daquele local todinho ali, próximo a gente (COMUNIDADE DO MARUIM, 2019).

Ao ser questionado sobre possíveis mudanças após o reassentamento, foi relatado que o projeto “mudou a vida de muita gente! ”, pois o acesso à uma melhor moradia possibilitou, além de muita coisa, o acesso à serviços inexistentes no local de origem, como, por exemplo, o saneamento, sem comprometer a relação com o local de trabalho dos pescadores da antiga comunidade. Além disso, a construção de um centro de eventos e de um espaço de lazer foi destacado, na entrevista, como pontos positivos do projeto, o que compensa a ausência da capela onde os antigos moradores realizavam suas atividades religiosas na antiga área.

Por fim, no dia 09 de janeiro de 2019, através de visita técnica ao Residencial São Pedro, foram realizados registros fotográficos, como é mostrado a seguir (figuras 30 e 31).

Figura 30: Área de lazer do Residencial São Pedro



Fonte: Acervo do autor (2019)

Figura 31: Grafite artístico em parede do Residencial São Pedro



Fonte: Acervo do autor (2019)

4 ANÁLISE DAS ARTICULAÇÕES DOS AGENTES E DAS TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

Este capítulo trata sobre as recentes transformações territoriais vistas à margem do Rio Potengi enquanto produto da ação dos agentes envolvidos no processo de reassentamento da comunidade do Maruim descrito no capítulo anterior.

Nesse sentido, a ideia do capítulo, além de apresentar e discutir transformações socioespaciais ocorridas com base, fundamentalmente, em interesses específicos sobre a área, consiste em mostrar que a articulação desses agentes, apesar de seus mais distintos interesses durante o processo, requer, enquanto pano de fundo, o espaço urbano como elemento essencial que estimula e mantém essa relação.

No tópico a seguir, apresenta-se uma análise dos agentes identificados durante o processo, considerando elementos que apontam a formação de uma coalizão que objetivou a resolução do conflito. Dessa forma, os critérios utilizados para a análise dos agentes e caracterização da coalizão foram baseados no quadro 3, apresentado no capítulo 1. São eles: *o poder de decisão, a articulação através da colaboração e os interesses de cada agente*. Por fim, a implementação de projetos urbanos - definido como mais um elemento de análise dos agentes e da formação da coalizão - será discutida no final do capítulo com base na apresentação das transformações territoriais ocorridas na área.

4.1 Caracterização dos agentes e suas relações e a formação da coalizão

O processo de reassentamento da comunidade do Maruim contou, como visto no capítulo 3, com a participação de diversos agentes que se articularam no sentido de “solucionar” o conflito em questão.

Dessa forma, buscando discutir a ressignificação das margens do rio Potengi à luz da ação dos agentes envolvidos no processo de reassentamento do Maruim, no quadro a seguir (Quadro 4) estão sistematizados os agentes identificados que atuaram no processo, considerando suas capacidades de decidir, suas articulações/colaborações e seus interesses.

Quadro 4: Caracterização da participação dos agentes

AGENTES	PODER DECISÓRIO	ARTICULAÇÕES	INTERESSES
GOVERNO FEDERAL	Nomeação de cargos; Investimentos em Programas de modernização dos Portos;	Firma convênios com a Prefeitura de Natal.	Desenvolvimento socioeconômico, visto, por exemplo através de recursos governamentais como aqueles advindos através do PAC.
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Aparece como agente com poder de estabelecer critérios de financiamento.	Propondo soluções para o caso das famílias junto a SEHARPE, do processo de repasse de recursos às famílias – para que comprassem novas casas na área do entorno (1ª fase de negociação) e na solução do Residencial São Pedro (2ª fase de negociação).	Desenvolvimento econômico, visto, por exemplo através do repasse de recursos governamentais.
MINISTÉRIO DAS CIDADES	Avaliação da proposta do reassentamento da comunidade do Maruim e inseri-la no Programa Minha Casa Minha Vida, no Residencial São Pedro, no bairro da Ribeira.	Articulou-se com a SEHARPE no momento de inserção do Residencial São Pedro no Programa Minha Casa, Minha Vida.	Resolução de conflitos fundiários urbanos.
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN -	Empresa do Governo Federal (economia mista), a CODERN, apesar de ser a grande interessada na área ocupada pelo Maruim, mostrou-se sem poder de decisão, passando a responsabilidade de resolução do conflito para a Prefeitura de Natal.	Com intuito de atingir seu objetivo, a CODERN articula-se com a SPU (no momento de solicitar a terra) e, através de acordo firmado sobre a construção de uma nova sede para a colônia de pesca, articulou-se com o Governo do Estado, Prefeitura de Natal e secretaria de Pesca.	Desenvolvimento econômico visto com base em sua necessidade de expansão física.

<p>SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO</p>	<p>Detentora da terra (e da gestão da orla), a Secretaria do Patrimônio da União foi fundamental por informar, aos demais atores, sobre a titularidade da terra; Não foi percebida atuação mais efetiva, fora o caráter informativo, do GRPU na coalizão.</p>	<p>Apresentou relação com a CODERN, com a prefeitura, com a comunidade do Maruim</p>	<p>Como detentora da terra, foi visto que seu interesse era o de solucionar o conflito atendendo as demandas de desenvolvimento econômico da CODERN, assim como as demandas de moradia social para a comunidade do Maruim.</p>
<p>Secretaria de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes - SEHARPE -</p>	<p>Mediação do conflito, escolha de terrenos, principal responsável por dirigir a proposta de reassentamento da comunidade do Maruim para o residencial São Pedro. Contratação da UFRN para os estudos do PRAC, negociação com a CAIXA Econômica.</p>	<p>Durante o processo, na busca por solucionar a questão habitacional, a Prefeitura de Natal, através da SEHARPE, apresentou relação com todos os agentes identificados neste quadro.</p>	<p>Solucionar a questão habitacional, levando em conta as pressões, principalmente, da CODERN.</p>
<p>COLÔNIA DE PESCA</p>	<p>Sua participação na Coalizão foi no sentido de fortalecer sua própria posição em permanecer no local.</p>	<p>Houve um início de relação com a comunidade do Maruim, mas sem continuidade. Estabeleceu um acordo de construção de uma nova sede com a CODERN, Prefeitura de Natal, SPU, Governo do Estado e Governo Federal, Secretaria de Pesca</p>	<p>Instalada na Comunidade Maruim, há décadas, a Colônia de Pesca representa os pescadores que atuam no atracadouro local, de pescadores familiares, normalmente de baixa renda.</p>

<p>COMUNIDADE MARUIM</p>	<p>Poder de resistência. Capacidade de articulação. Negociação com a prefeitura.</p>	<p>Estabeleceu diálogos com a Prefeitura e SPU, principalmente. Apesar de ser assediada pela CODERN, as entrevistas apontam que o diálogo entre a comunidade do Maruim e a administração do Porto, durante o período de negociação, não foram significativas para a resolução do conflito.</p>	<p>Garantia do direito de moradia.</p>
<p>UFRN</p>	<p>No âmbito da elaboração do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – PRAC/Ribeira, pesquisadores da UFRN, em conjunto com demais agentes, atuaram no sentido de definir processos de negociação visando a garantia dos direitos Fundamentais.</p>	<p>Professores participantes do Projeto PRAC Ribeira da UFRN (Departamento de Arquitetura e Observatório das Metrôpoles) mostraram diálogos com à SEHARPE, com os moradores da comunidade do Maruim e com a Colônia de Pesca, através do acompanhamento do caso no período de elaboração do PRAC/Ribeira</p>	<p>Interesse em contribuir para a resolução do conflito através de assistência profissional.</p>
<p>GOVERNO ESTADUAL DO RN - SECRETARIA DE PESCA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</p>	<p>Não apresentou ação direta diante do processo, exceto um acordo firmado para construção da nova sede da colônia de Pesca.</p>	<p>Com base no acordo de construção de uma nova sede para a Colônia de Pesca, o Governo Estadual, através da secretaria estabeleceu acordo com a CODERN, Prefeitura de Natal, SPU, Governo Federal.</p>	<p>Não foram apresentados interesses referentes ao projeto de expansão do Porto nas áreas correspondentes à comunidade do Maruim.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

As definições dos critérios de análise dessas relações foram definidas com base nos elementos de análise de coalizão discutidos no tópico 1.3 (*Elementos de análise da coalizão: aproximações a partir das relações entre porto de Natal e Comunidade do Maruim*) pertencente ao capítulo 1 desta pesquisa (*TEORIA DOS REGIMES URBANOS: natureza, evolução, e eixos de análise*). Além disso, deve-se considerar que, para definição desses critérios, foi de fundamental importância as discussões ocorridas nos encontros de pesquisadores do grupo de pesquisa que compõe a rede INCT Observatório das Metrópoles – Núcleo RMNatal, que possuíam o objetivo de discutir caminhos metodológicos para a análise e melhor entendimento das relações de grupos que podem formar coalizões.

Nesse sentido, e de forma geral, a tipologia dessas relações foram definidas considerando como base central de análise o território em disputa entre a comunidade do Maruim e o Porto de Natal, e a participação/ação de cada agente no cenário em conflito, levando em conta as articulações dos agentes:

- i. No sentido de firmar acordos formais e/ou informais, caracterizando o que se define nesta pesquisa como *articulação através de acordo*;
- ii. No sentido informativo, ou seja, informar ou alertar, com base em assistência profissional, outros agentes envolvidos e interessados no processo, caracterizando o que é definido aqui como *articulação de caráter informativo*;
- iii. E, por último, as relações que foram estabelecidas com base em recursos financeiros - financiamentos governamentais ou não-governamentais - ou com base em recursos materiais, como os espaços físicos, por exemplo, as áreas urbanas cedidas que aparecem no decorrer da caracterização do processo, sendo aqui definido esse tipo de articulação como *articulação com base em recursos financeiros e materiais*.

O território é definido como o ponto inicial de análise para entender as relações dos agentes. Isso é devido a importância dada ao urbano na configuração de uma coalizão à luz do modelo de análise dos regimes urbanos, onde a implicação territorial é vista como resultado direto da ação dos agentes articulados.

Nesse sentido, constata-se que o reassentamento da comunidade do Maruim viabilizou o projeto de expansão do porto de Natal para fins de desenvolvimento econômico com base em um processo caracterizado por diversas articulações e uso de diversas estratégias de grupos de interesse no desenvolvimento econômico no e através do espaço urbano. No entanto, o êxito de todo o processo só foi possível através das negociações estabelecidas envolvendo os três agentes que, diretamente, relacionavam-se com o território em disputa: a CODERN, a comunidade do Maruim e a colônia de pesca, que ainda permanece realizando suas atividades no local ao aguardar a construção da sua nova sede anunciada pela CODERN e em acordo com demais agentes.

A UFRN, através da participação de docentes no período de elaboração do Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas – PRAC/Ribeira, e a Colônia de Pescadores revelaram-se agentes importantes, de poder informativo, ao alertar a comunidade acerca dos seus direitos e garantias. Além disso, a Colônia de Pescadores, com base em recurso material, contribuiu com os moradores da comunidade do Maruim ao ceder sua sede como o principal lugar das reuniões de negociação do caso, tornando acessível aos moradores sua participação nas negociações.

Ainda acerca da Colônia de Pescadores, é visto sua contribuição, além de tudo, com a formação do arranjo da coalizão através de acordo. Isso se deu no momento onde foi estabelecida uma parceria envolvendo a Prefeitura de Natal, a Superintendência do Patrimônio da União, Governo do Estado e Governo Federal, mostrando o poder de resistência da colônia frente aos interesses da CODERN.

A análise das articulações com base em recursos, por sua vez, encontra-se dividida em duas partes: (i) a que diz respeito aos agentes que contribuíram através de recurso financeiro, (ii) e a que diz respeito aos agentes que contribuíram através de recursos materiais (espaços físicos).

Nesse sentido, é possível constatar que o Governo Federal e a Caixa Econômica, através do financiamento de recursos para a execução do projeto de reassentamento da comunidade do Maruim, destacaram-se com os principais agentes responsáveis nessa categoria. De um outro lado, a SPU (através da cessão da área correspondente

a antiga comunidade para fins de uso pela CODERN), a Prefeitura de Natal (através da escolha e definição do terreno o qual foi construído o residencial que passou a abrigar a comunidade do Maruim) e a CODERN (com base em acordo de construção da nova sede da colônia de pescadores em área de responsabilidade da própria companhia) destacaram-se como os grandes responsáveis pelo recurso material que contribuiu para o êxito do reassentamento.

A existência do poder de articulação de alguns agentes, considerando os recursos e ferramentas utilizadas por esses agentes e também os interesses que os motivaram participar do processo de negociação, conduziu à formação de uma coalizão que, se de início foi constituída com base em um conflito de natureza físico-territorial - envolvendo os três agentes ligados diretamente a terra - no final do processo se mostrou ser uma coalizão formada no sentido de solucionar um conflito também de natureza institucional. Isso se deve a existência da participação de diversos atores ligados as várias instituições identificadas na pesquisa que dependiam quase que exclusivamente dos recursos governamentais.

Deve-se destacar ainda que, acerca da agenda da coalizão, apesar da existência de propósitos divergentes entre si (baseados, de um lado pelo interesse econômico de expansão das instalações físicas do Porto e de outro lado o interesse de moradia social da comunidade do Maruim) é possível constatar que o direcionamento dado através da articulação dos grupos se aproxima da ideia de *coalizão de desenvolvimento*, onde é perceptível a existência de interesses em modificar o uso do solo, antes ocupado para fins de moradia, agora para fins de desenvolvimento econômico através do projeto de expansão das instalações portuárias.

Por fim, no âmbito dessas relações entre os agentes, novos arranjos territoriais foram configurados às margens do Rio Potengi, cujas particularidades são apresentadas a seguir.

4.2 Transformações socioespaciais

Como visto, o Porto de Natal localiza-se no bairro da Ribeira, à margem direita do Rio Potengi, e suas instalações ocupam a Zona Especial Portuária – ZEP (Lei municipal nº 4.069/92) A comunidade do Maruim ocupava uma fração de terras limites entre o bairro Ribeira e Rocas.

Considerando o processo de evolução urbana de Natal e as tipologias arquitetônica e urbanística, o bairro da Ribeira se caracteriza principalmente como centro histórico de Natal, possuindo estreita relação com o bairro de Cidade Alta, que se inscreve como marco zero da cidade. Este abriga um tecido urbano cujo traçado revela características coloniais que remontam aos séculos XVI, XVII e XVIII. O bairro da Ribeira por sua vez constituiu o segundo núcleo de ocupação da cidade, caracterizado como motor inicial do crescimento territorial e desenvolvimento socioeconômico a partir do início do século XX (CRUZ et al., 2012).

Tais características fundamentam a aplicação do conceito de centro histórico para o perímetro atualmente delimitado por esses dois bairros e o bairro das Rocas. Apesar do reconhecido valor patrimonial e das recorrentes propostas de intervenção em nível de planos e projetos desde final da década de 1980, apenas parte dessa área é objeto de proteção patrimonial, seja em âmbitos municipais desde finais da década de 1980, por meio das Leis 3.942 /1990 e 4.069 /1992, que instituíram a Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH) e a Zona Especial Portuária (ZEP), respectivamente, seja pela poligonal de tombamento, instituída pelo IPHAN/RN, em 2010, ambas envolvendo parte dos bairros da Cidade Alta e da Ribeira (CRUZ et al., 2012, p. 7).

Portanto, o universo onde se verificaram as relações entre Porto de Natal e Comunidade do Maruim abrange os bairros da Ribeira, Cidade Alta e Rocas articulando-se o centro histórico de Natal. É nesse contexto que se insere a discussão sobre a nova configuração do Porto de Natal frente ao reassentamento da comunidade do Maruim para o Residencial São Pedro.

Ao olhar para a Ribeira é possível identificar a diferença existente no traçado urbano do bairro que compreende a) uma porção caracterizada pela existência e influência dos equipamentos portuários, localizada na Zona Especial Portuária – ZEP, mencionada anteriormente; b) outra porção do bairro caracteriza-se em seu traçado urbano pelos equipamentos históricos, de preservação patrimonial, localizados na parte central do bairro e, c) uma terceira porção revela a existência de um traçado urbano localizado nos limites dos bairros adjacentes – Rocas, Petrópolis e Cidade Alta, apontando, portanto, características similares do traçado (Figura 33).

Figura 32: O bairro da Ribeira e seu traçado urbano



Fonte: Google Earth Pro (2017). Elaborado pelo autor (2018)

Na trajetória de formação e desenvolvimento da comunidade do Maruim, o Rio Potengi se destacou como um relevante ativo para os moradores que tinham a pesca como meio de subsistência. Apesar da situação precária de parte das habitações, a configuração urbanística do assentamento do Maruim dialogava em algum nível com o padrão urbanístico das Rocas, bairro popular de base operária que possui um traçado com frações significativas de origem informal.

Em termos tipológicos, a Residencial São Pedro que passou a abrigar a comunidade do Maruim (Figura 34) rompeu com os padrões de origem do referido assentamento, tendo sido confirmada a demanda dos moradores de permanecer na área entorno, com estreita relação principalmente com o Rio Potengi e o Canto do Mangue - mercado de peixe.

Ressalta-se o Residencial São Pedro, na perspectiva da solução engendrada pela administração pública frente ao conflito fundiário urbano, revelou-se um projeto de êxito do ponto de vista das estratégias territoriais face ao êxito dos moradores quanto na escolha da localização do empreendimento.

Figura 33: Mapa de localização do Residencial São Pedro



Fonte: Google Earth Pro (2017). Elaborado pelo autor (2018)

Contudo, seguem os processos que abrangem o projeto de ampliação do Porto incorporando a área do antigo assentamento Maruim, além daqueles voltados à reestruturação urbana do Canto do Mangue, que em algum nível, envolve o ancoradouro da pesca artesanal o que afeta, em grande parte, os moradores do antigo assentamento, agora Residencial São Pedro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar acerca da produção do espaço urbano requer também pensar as formas de articulação dos atores que produz a cidade, considerando assim, as influências da participação desses atores nos processos políticos, econômicos e sociais vistos na contemporaneidade e o reflexo dessas ações sobre território.

A discussão acerca da Teoria dos Regimes Urbanos - discutida no primeiro capítulo deste trabalho e considerada, aqui, a “janela” de análise que possibilitou enxergar o conflito entre porto de Natal e comunidade do Maruim - surgiu nas discussões da Rede de pesquisa do INCT Observatório das Metrôpoles relacionada aos estudos acerca da ascensão do neoliberalismo nos países centrais. Isso deve-se ao fato de ser perceptível uma mudança de conjuntura que sinaliza articulações entre atores representantes do Estado, Mercado e Sociedade. Acerca disso, Silva, Clementino e Almeida (2017) apontam que “já não podemos lançar mão de uma análise convencional sem considerar as diversas transformações na Forma e Conteúdo do urbano contemporâneo, articulando novas posições entre Estado, Mercado e Sociedade” (SILVA, CLEMENTINO E ALMEIDA, 2017, p.3).

Trata-se, portanto, de um debate que, de modo geral, reflete sobre a transição urbana das metrópoles brasileiras, mostrando uma política urbana aliada aos interesses do mercado, ou seja, uma política urbana que contribui para a construção de uma cidade que “alimenta o tradicional circuito da acumulação urbana, agora transformado na aliança das elites locais, com as elites nacionais e frações expressivas do grande empresariado” (RIBEIRO, 2018, p.49).

O caso do conflito fundiário urbano entre o Porto de Natal e a comunidade do Maruim revelou-se ser, desde o início, adequado à análise por apresentar elementos essenciais ao debate acerca da formação de coalizão. O ambiente em conflito, a ação colaborativa de agentes e o território em disputa são exemplos desses elementos empíricos que, associados aos elementos de análise teórica, como o poder de decisão e a agenda de desenvolvimento econômico, possibilitaram a discussão durante o desenvolvimento deste trabalho.

Apesar da Teoria dos Regimes Urbanos ser a vertente de análise definida para orientar a análise dos fenômenos empíricos investigados aqui, cabe ressaltar que o intuito desta investigação foi discutir a formação de uma coalizão através da

caracterização dos agentes investigados com base em critérios pré-definidos. No entanto, aspectos que contribuem para a definição de um regime urbano em Natal/RN, como, por exemplo, a permanência no tempo dos agentes que formam uma coalizão, depende da realização de outros estudos de caso que tratem da análise de outros projetos urbanos na cidade, podendo os dados desses estudos, caso desenvolvidos e em articulação com os dados desta pesquisa, contribuir para o desenrolar da temática.

Sendo assim, revelado esse limite teórico-metodológico, os resultados obtidos aqui, em análise isolada, não definem um regime urbano, porém contribuem para a discussão da temática ao sinalizar a existência de grupos de poder, capazes de articularem-se informalmente, utilizando suas estratégias e ferramentas com base em seus recursos e interesses, possibilitando a leitura de uma coalizão onde agentes do Estado, ao relacionarem-se com agentes com interesses pró-mercado, mostraram-se atores relevantes na resolução do conflito.

Como foi destacado na introdução deste trabalho, a motivação para a realização desta proposta de pesquisa surgiu com base em discussões propostas pelo grupo de pesquisa da Rede Observatório das Metrôpoles - Núcleo RMNatal - onde o autor percebeu a importância do tema, considerando as questões teóricas e empíricas que carecem de uma mais clara compreensão para os estudos sobre a produção do espaço urbano com base na análise da ação de agentes que convergem seus interesses através de uma agenda de desenvolvimento no e pelo espaço urbano.

Por fim, acredita-se que os resultados apresentados neste trabalho, além de contribuir com as discussões sobre a aplicabilidade dos procedimentos definidos e utilizados, torna-se parte de um projeto em construção de identificação de agentes que produz a cidade de Natal/RN, ao contribuir no sentido de fornecer dados para a pesquisa maior da Rede de pesquisadores do Observatório das Metrôpoles, associada ao programa INCT 2015-2020 (As Metrôpoles e o Direito à Cidade: conhecimento, inovação e ação para o desenvolvimento urbano), ainda em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; LUIZ, Thatiana Bezerra. A SOLIDARIEDADE DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICOINFORMACIONAL NO PORTO DE NATAL-RN. **Ra´e Ga: O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 1, n. 28, p.86-105, jun. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/raega/article/view/32302/20512>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, O Seu Comitê Gestor, e Dá Outras Providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6025.htm>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL. Portal Brasil. Publicado edital de licitação para obras no Porto de Natal. 17 ago. 2012. Acesso em: 29 mar. 2018.

BRASIL. **PLANO MESTRE**: Porto de Natal. Florianópolis: Ufsc, 2015. 268 p. CÁRDENAS, Ana Victoria Vásquez. Las políticas públicas urbanas como proceso plural: Enfoques de política urbana y gobernanza urbana. **Estudios Políticos**, Medellín, n. 42, p.218-241, jan. 2013.

CASELLAS, Antònia. Las limitaciones del “modelo Barcelona”. Una Lectura desde Urban Regime Analysis. In. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, 48, 2006, p.61-81.

CERNE. **CERNE discute proposta de porto intermodal**. 2018. Disponível em: <<http://cerne.org.br/cerne-discute-proposta-de-porto-intermodal/>>. Acesso em: 20 maio 2018.

CERNE. **Institucional**. 2018. Disponível em: <<http://cerne.org.br/institucional/>>. Acesso em: 30 maio 2018.

CODERN (RN). **CODERN discute com fruticultores logística para aumentar exportação na nova safra**. 2016. Disponível em: <<http://codern.com.br/codern-discute-com-fruticultores-logistica-para-aumentar-exportacao-na-nova-safra/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

CODERN. CODERN discute com fruticultores logística para aumentar exportação na nova safra. 2016. Disponível em. Acesso em: 15 set. 2017.

COLÔNIA DE PESACDORES. **Entrevista concedida aos autores no dia 15/03/2018**.

COMUNIDADE DO MARUIM. **Entrevista concedida aos autores no dia 09/01/2019**.

COSTA, Homero de Oliveira. Democracia e participação na teoria pluralista. **Revista Cronos**, Natal, v. 8, n. 1, p.215-228, jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/viewFile/3175/2565>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 341p.

DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL DA SEHARPE. **Entrevista concedida aos autores no dia 20/09/2018**.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS DA SEHARPE. **Entrevista concedida aos autores no dia 20/03/2018**.

DANTAS, Manuela Lins. **Conflituosidade de Direitos e Interesses na Desocupação e Regularização Fundiária da favela do Maruim em Natal/RN**. 2013. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

FERREIRA, João S. W. **O mito da cidade-global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis/São Paulo/Salvador: Vozes/Unesp/Anpur. 2007.

FREIRE, Flávio Henrique M de A. (Coord.). **Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais – Ribeira**: pesquisa socioeconômica e demográfica – com famílias residentes. Relatório sócio-demográfico 2. Natal, FUNPEC/UFRN, 2006.

LAURIA, Mickey. Introduction: Reconstructing Urban Regime Theory. In: Lauria, Mickey (Ed.). **Reconstructing Urban Regime Theory**: Regulating Urban Politics in a Global Economy. SAGE Publications, 1997.

MACEDO, Maxsuel de Moura. **Fluidez Territorial e Logística**: o PAC no Rio Grande do Norte. 2014. 203 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. EM BUSCA DE UM OBJETO ESQUECIDO: A política e as políticas do urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 32, n. 95, p.01-18, 2017. ANPOCS. <http://dx.doi.org/10.17666/329509/2017>.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003.

MOSSBERGER, K.; STOKER, G. The Evolution of Urban Regime Theory: The Challenge of Conceptualization. **Urban Affairs Review**, v. 36, n. 6, p. 810-835, jul. 2001.

NATAL, Prefeitura Municipal de. **Prefeitura consegue incluir remoção do Maruim no PAC.** 2009. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/noticia/ntc-1897.html>>. Acesso em: Agosto de 2017.

NOVO (RN). **RN aumenta exportação de melão no primeiro semestre.** 2017. Disponível em: <<https://www.novonoticias.com/economia/rn-aumenta-exportacao-de-melao-no-primeiro-semester>>. Acesso em: 16 set. 2017.

OUBIÑA, Daniel Casal. **La organización de los juegos olímpicos como elemento de configuración de regímenes urbanos:** Barcelona 1992 como estudio de caso. 2016. 466 f. Tese (Doutorado) - Curso de Gobierno y Administración Pública, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2015. Disponível em: <<http://eprints.ucm.es/37749/1/T37242.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

PERA, Caroline Krobath Luz; BUENO, Laura Machado de Mello. Expansão urbana e as lógicas de produção do espaço: Estudo da Região Metropolitana de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. **Anais do XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.** São Paulo: Fauusp, 2017. p. 1 - 20. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Soesoes_Tematicas/ST_3/ST_3.2/ST_3.2-01.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **A Metrópole em Questão:** desafios da transição urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. 366 p.

ROCHA, Luis Renato Nogueira da. Cidade e assentamentos precários: transformações e permanências em Natal/RN: Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional. In: VXII ENANPUR, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fauusp, 2017.

SALAS, Manlio Felipe Castillo. **REGÍMENES URBANOS Y ADOPCIÓN DE POLÍTICAS:** los casos del bus rapid transit en las zonas metropolitanas de guadalajara y monterrey. 2015. 181 f. Tese (Doutorado) - Curso de Políticas Públicas, Centro de Investigación y Docencia Económicas, Ciudad de México, 2015.

SEIXAS, João. **A Cidade na Encruzilhada:** Repensar a Cidade e a sua Política. Porto: Edições Afrontamento, 2013. 351 p.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da; CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; ALMEIDA, Lindijane de Souza Bento. Regimes Urbanos e Governança Democrática: abordagens sobre o Poder na cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2017.

SILVA, Márcia da. Poder local: conceito e exemplos de estudos no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 2, n. 20, p.69-78, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n2/a04v20n2.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2018.

STONE, Clarence. **Regime politics**: Governing Atlanta, 1946-1988. Lawrence, University Press of Kansas, 1989.

SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO. **Entrevista concedida aos autores no dia 11/09/2018.**

TINOCO, Marcelo Bezerra de Melo; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria (Org.). **Plano de reabilitação de áreas urbanas centrais**: PRAC/Ribeira. Natal: Edufrn, 2008. 250 p.
TRIBUNA DO NORTE. **'Natal tem o porto das frutas', diz diretor da Codern**. 2018. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/natal-tem-o-porto-das-frutas-diz-diretor-da-codern/402968>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

TRIBUNA DONORTE, **CMA pede melhorias no Porto de Natal**. 2008. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cma-pede-melhorias-no-porto-de-natal/71890>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, 2001.

ANEXO I – CARTA DA CODERN À SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – BRASÍLIA/DF

CODERN - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Engº Hildebrando de Góis, 220 – Ribeira - Natal/RN – CEP 59010 -700

Fone: (84) 4005.5301 e 4005-5302- Fax 4005.5320

e-mail: presidencia@codern.com.br

Carta DP - 337/2005

Natal, 29 de dezembro de 2005.

À Sua Senhora a Senhora
DRA. ALEXANDRA RESCHKE
Secretaria do Patrimônio da União
Brasília - DF

Assunto: Cessão de Área da Comunidade do Maruim/Natal/RN.


Senhora Secretária,

Solicitamos de Vossa Senhoria, a cessão para a CODERN da área conhecida como "Comunidade do Maruim" constante da poligonal entregue à SPU através da Carta DP-157/2005, desta procedência, datada de 24 de junho de 2005 e integrante da Área do Porto Organizado de Natal, sob a responsabilidade desta CODERN.

2. A área ora requerida em cessão alcança 15.183,52 (quinze mil, cento e oitenta e três vírgula cinquenta e dois) metros quadrados, representados em 02 (duas) plantas anexas, uma em que aparece isoladamente e outra em que está desenhada em conjunto com área outra limítrofe, hoje sob a guarda do Ministério da Aeronáutica.

3. A ampliação das atividades do porto de Natal necessita da instalação de uma linha de cabotagem e de linha(s) de longo curso de navios porta contêineres para a Europa e para a costa leste dos Estados Unidos. Para consolidar a linha de cabotagem é necessária a construção de um armazém com área mínima de 5.000 m², conforme pleito de armadores, e para viabilizar linha(s) de longo curso precisa-se de uma área mínima de 10.000 m², para armazenagem e circulação de, no mínimo, 400 contêineres, requisitos que dão sustentação a este pleito.

Atenciosamente,


José Walter de Carvalho
Diretor Presidente

Handwritten notes:
02.11.05
A

ANEXO II – CARTA DA UFRN À GRPU/RN

Natal, 15 de junho de 2007-06-15



Ilma. Sra Yeda Cunha de Medeiros Pereira
Gerente Regional do Patrimônio da União- GRPU/RN

Na condição de integrante da coordenação do Projeto de Reabilitação de Áreas Centrais – PRAC Ribeira, equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vimos pelo presente solicitar informações sobre a situação fundiária da comunidade do Maruim, no âmbito da gestão de áreas públicas pela União. O PRAC-Ribeira, está sendo desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Natal, sob coordenação da SEMPLA, contando com a consultoria FUNPEC/UFRN.

Nesse sentido, solicitamos que a GRPU nos informe oficialmente o seguinte:

1. A área atualmente ocupada pela Comunidade do Maruim possui termo de cessão / regularização fundiária para algum ente público ou privado?
2. Na área da comunidade do Maruim, existe algum tipo de registro de ocupação ou cessão de área? Se sim, quais os imóveis registrados.

Sem mais a tratar, expressamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink that reads 'Dulce Bentes'.

Profa. Dra. Dulce Bentes

Depto. de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

dulcebentes@uol.com.br

99842531

ANEXO III – OFÍCIO DA GRPU/RN À UFRN



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
 GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
 GRPU/RN – Esplanada Silva Jardim, 109,2º andar-Natal/RN. CEP:59012-090
 Fone: (84) 3220 3206 / 2370. Fax: (84) 3220 3206
 E-mail: grpurn@spu.planejamento.gov.br

Ofício n.º 0763 - GRPU/RN

Natal(RN), 18 de junho de 2007.

A Sua Senhoria a Senhora
Dulce Bentes
 Professora Dra. do Departamento de Arquitetura da UFRN
NESTA

Assunto: Informações área do Maruim

Prezada Senhora,

1. Cumprimentando-a, acusamos o recebimento da solicitação de informações sobre a existência de regularização fundiária da Comunidade do Maruim, com vistas a subsidiar o Projeto de Reabilitação de Áreas Centrais - PARC Ribeira, coordenado por Vossa Senhoria, o que esclarecemos abaixo:

a) A área ocupada atualmente pela Comunidade do Maruim é objeto de pedido de cessão, solicitação que fora protocolada em 04/01/2006, através da Carta DP-337/2005, proveniente da CODERN, conforme cópia em anexo;

b) Não há demanda em curso nesta Gerência que trata da Regularização Fundiária da área em pauta, todavia, entendemos que o problema do remanejamento da Comunidade do Maruim, para atender a necessidade de expansão do Porto de Natal deva ser tratado em parceria com os outros Órgãos parceiros, principalmente SEMURB, SEMTAS e CODERN, como demonstrado nas reuniões, cujos relatos seguem em anexo;

c) Existe na GRPU, Registro Imobiliário Patrimonial - RIP de alguns ocupantes da área da Comunidade do Maruim. Vale salientar, que essas inscrições são de caráter precário, podendo a União, caso haja necessidade, rever a qualquer momento a área, indenizando-os pelas benfeitorias; e

d) Quanto a relação dos imóveis registrados nesta Gerência, foi acordado com o setor de Engenharia que até o final desta semana disponibilizaremos a citada relação.

2. Diante do exposto, nos colocamos a disposição caso haja necessidade de informações complementares.

Atenciosamente,


Yeda Cunha de Medeiros Pereira
 Gerente Regional

ANEXO IV– RESUMO DE REUNIÃO



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
GERENCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
GRPU/RN – Esplanada Silva Jardim, 109,2º andar - Natal/RN. CEP:59012-090
Fone: (84) 3220 3206 2370. Fax: (84) 3220 3206
E-mail: grpurn@spu.planejamento.gov.br

RESUMO DA REUNIÃO ÁREA DO MARUIM NO BAIRRO DA RIBEIRA EM NATAL/RN

Data/Horário: 13/06/2006, às 9:00h

Local: Gerência Regional de Patrimônio da União no Rio Grande do Norte – GRPU/RN

PARCEIROS CONVIDADOS:

- GRPUR/RN, CODERN, SETUR/RN, SEMURB/SPH.
Anexo, lista de presença.

PAUTA:

1. Avaliar a área da Comunidade do Maruim que será necessária para compor o projeto de ampliação do Porto de Natal e Revitalização da Ribeira.

TEMAS DISCUTIDOS

1. Abertura da reunião pela Gerente Regional, Sra. Yeda Cunha, com a leitura de parte da ATA da reunião ocorrida na GRPU/RN no dia 22/05/06 quando se tratou do projeto de revitalização do Bairro da Ribeira, tendo em vista ser parte integrante desse projeto a área da Comunidade do Maruim, pleiteada pela CODERN para compor o projeto de ampliação do Porto de Natal. Lembrando que é obrigação do Estado Brasileiro, a regularização da população que é um direito subjetivo, ele existe e temos obrigação de fazer o processo acontecer. Em seguida foi exposta a planta anexada ao processo de regularização da área solicitando ao representante da CODERN que fizesse suas considerações.
2. O representante da CODERN, colocou que participou recentemente de seminário em Brasília/DF, quando o tema foi "A Cidade e os Portos". Relatou com objetividade as dificuldades da Companhia, diante da restrita área hoje disponível para suas instalações, o que torna a linha de cabotagem deficiente e cara, não tendo espaço para colocação dos contêineres, sendo indispensável promover uma ampliação do Porto de Natal com uma visão de futuro.

3. Questionado pela Dra. Yeda sobre as pendências relativas ao Projeto do Terminal Turístico, a CODERN afirmou que conseguiu recursos do Ministério dos Transportes para implantação, todavia não dispõe de recursos para a elaboração do projeto executivo completo, exigência do citado Ministério, ação essa, que será necessário reativar a parceria acordada em reuniões passadas com o Governo do Estado. Diante dos fatos ficou a SEMURB de contatar a SECTUR, com vistas a retomar a elaboração do projeto.
4. É fato que, para ampliação da área portuária, será necessário a remoção das famílias da Comunidade do Maruim, que por sua vez terá um custo social significativo.
5. A Dra. Yeda afirma que existe um problema concreto, que os parceiros convidados para a reunião em pauta terão que resolver juntos, pois com o projeto de Revitalização da Ribeira essas famílias não terão como permanecer na Comunidade do Maruim.
6. O representante da SEMURB, colocou que será preciso consultar as áreas de habitação tanto da Prefeitura como do Governo do Estado. Necessitando de encontrar áreas para construção de moradias no mesmo bairro, com a finalidade de promover a remoção das famílias (aproximadamente 30% das famílias), pois acredita-se que grande parte dessas famílias optarão por uma outra área. Ficando acordado que o levantamento para se visualizar a opção dos moradores, será feito a posteriori para não criar expectativa, uma vez que tudo dependerá de recursos.
7. Ainda com relação a remoção das famílias, foi dito que só teremos 2 meses para concluir o levantamento de custos para a proposta orçamentária para o próximo exercício. Estima-se que serão necessários recursos na ordem de aproximadamente R\$3,5 milhões.
8. A Gerente Regional, ressaltou que é compromisso do Governo Federal a moradia digna com a regularização fundiária e titularidade em área urbanizada.
9. O representante da Prefeitura colocou que acredita na existência de algumas áreas, todavia, será necessário a desapropriação.
10. A CODERN necessitará da área livre para a construção dos armazéns e para o Terminal Turístico, se for o caso de construir naquela área, que para esses fins já existem recursos disponíveis.
11. O representante do Governo do Estado irá verificar com a SECTUR o projeto para o Terminal Turístico.
12. Será indispensável se discutir coletivamente com a população local, com vistas a evitar possíveis entraves.
13. Ficou acordado que a Prefeitura Municipal e o Patrimônio da União irão providenciar levantamento de áreas passíveis para remoção das famílias.
14. Nova reunião agendada com os presentes, para o dia 07/07/06, na GRPU/RN às 9:00h.


Yeda Cunha de Medeiros Pereira
Gerente Regional

ANEXO V – RELAÇÃO DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NA COMUNIDADE DO MARUIM PELA GRPU/RN

RELAÇÃO DE IMÓVEIS LOCALIZADOS NA COMUNIDADE DO MARUIM

RESPONSÁVEL	RIP	PROCESSO	LOCALIZAÇÃO	INSCRIÇÃO	DATA
INALDO MARINHO DE QUEIROZ	1761.0000541-88	0469.000386/82-54	Rua São João de Deus nº 04	AFORAMENTO	03/04/1989
ENILSON PAZ DA COSTA	1761.0000545-01	0469.001125/81-25	Rua São João de Deus nº 14	AFORAMENTO	02/07/1990
PEDRO GOMES NETO	1761.0000017-34	4080.010.494-30	Rua das Florestas nº 24	OCUPAÇÃO	01/01/1987
PEDRO GOMES NETO	1761.0000018-45	4080.010.490-07	Rua São João de Deus nº 22	OCUPAÇÃO	01/01/1987
MANOEL CHAGAS DE OLIVEIRA	1761.0000108-06	4080.010.606-71	Praça Engº José Gonçalves nº 10	OCUPAÇÃO	01/01/1987
MANOEL RODRIGUES BATISTA	1761.0000225-70	4080.010.653-98	Rua das Florestas nº 106	OCUPAÇÃO	02/10/1991
WILIANS DE SOUZA	1761.0000263-03	000009012487900	Rua das Florestas nº 37	OCUPAÇÃO	12/05/1993
WILIANS DE SOUZA	1761.0000641-40	10469.001019/87-45	Praça Engº José Gonçalves nº 06	OCUPAÇÃO	01/01/1987
WILIANS DE SOUZA	1761.0000289-34	00000000666800	Praça Engº José Gonçalves nº 02	OCUPAÇÃO	12/05/1993
JOSE MARTINS DE OLIVEIRA	1761.0000477-26	4080.010.558-30	Rua das Florestas nº 18	OCUPAÇÃO	01/01/1987
FRANCISCA MIRANDA JONAS	1761.0000530-25	4080.010.496-00	Rua das Florestas nº 39	OCUPAÇÃO	01/01/1987
ISAURA TEIXEIRA DE ABREU	1761.0000690-29	4080.010.642-35	Rua das Florestas nº 62	OCUPAÇÃO	27/09/1991
ESTALEIRO NATAL LTDA	1761.0000747-07	0469.000786/83-13	Rua das Florestas s/nº	OCUPAÇÃO	20/09/1987
JOAO BATISTA FERREIRA	1761.0000796-87	10469.001032/85-41	Rua das Florestas nº 132	OCUPAÇÃO	01/01/1987
MARIA ILKA HENRIQUE DA CRUZ	1761.0000804-21	10469.001549/85-77	Rua das Florestas nº 47	OCUPAÇÃO	20/03/1991
COOP DOS PESCADORES DE NATAL LTDA	1761.0000728-36	4080.010.462-53	Rua das Florestas nº 47	OCUPAÇÃO	01/01/1987
MARIA CICERA MARINHO	1761.0000865-43	10469.001359/87-01	Rua das Florestas nº 25	OCUPAÇÃO	07/01/1988
JANETE MIRANDA JONAS	1761.0000866-24	10469.001156/87-16	Rua das Florestas nº 52	OCUPAÇÃO	05/01/1988
JANETE MIRANDA JONAS	1761.0000867-05	10469.001153/87-28	Rua das Florestas nº 81	OCUPAÇÃO	05/01/1988
MASSIMO BERLOTTI	1761.0000665-31	4080.010.718-78	Rua das Florestas nº 52	OCUPAÇÃO	24/12/2996
IRACEMA BARBOSA GOMES	1761.0000665-31	4080.010.635-06	Praça Engº José Gonçalves nº 14	OCUPAÇÃO	01/01/1987
FRANCISCO CANINDE PINHEIRO	1761.0000531-06	4080.010.626-15	Praça Engº José Gonçalves nº 12	OCUPAÇÃO	01/01/1987
JOSEFA BEZERRA DE SOUZA	1761.0000178-19	4080.010.577-00	Rua São João de Deus nº 12	OCUPAÇÃO	01/01/1987
ANTONIO FRANCISCO RAMOS	1761.0000237-03	4080.010.522-29	Rua São João de Deus nº 28	OCUPAÇÃO	01/01/1987
ALCIDES ARAUJO	1761.0000380-69	4080.010.515-08	Rua São João de Deus nº 10	OCUPAÇÃO	02/08/1988
JACIRA FILIZOLINA DE BRITO	1761.0000578-70	4080.010.541-91	Rua das Florestas nº 80	OCUPAÇÃO	29/07/1992
AMERICA DE QUEIROZ LIMA	1761.0000875-15	4080.010.487-01	Rua São João de Deus nº 26	OCUPAÇÃO	05/05/1989

DIENF/GRPU/RN em 27/06/2007


Tarcísio Emanuel F. dos Santos
 Matr. 123552 - CREMERJ nº 2073-D/RN
 Chefe de Divisão da GRPU/RN

APÊNDICE I - DADOS BÁSICOS DOS IMÓVEIS CADASTRADOS PELA GRPU/RN

Nota: os dados organizados nas tabelas abaixo foram disponibilizados pelo Grupo de estudos sobre Habitação, Arquitetura e Urbanismo – GEHAU, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e organizados pelo autor desta pesquisa, de modo que dados pessoais dos antigos moradores fossem poupados.

NÚMERO DO PROCESSO: 0469.000386/82-54

DATA DO CADASTRAMENTO:	03/04/1989
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00541.000-4
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA SÃO JOÃO, 4, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	INALDO MARINHO DE QUEIROZ
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	239,72
FRENTE DO TERRENO (m):	12,40
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	239,72
REGIME (UTILIZAÇÃO)	AFORAMENTO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40 -80- 010541 - 91

DATA DO CADASTRAMENTO:	29/07/1992
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00578.000-6
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DA FLORESTA, 80, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	JACIRA FILIZOLINA DE BRITO
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	39,96
FRENTE DO TERRENO (m):	3,70
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	39,96
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 0469.001125/81-25

DATA DO CADASTRAMENTO:	02/07/1990
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00545.000-6
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA SÃO JOÃO, 14, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	ENILSON PAZ DA COSTA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	252,42
FRENTE DO TERRENO (m):	13,70
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	252,42
REGIME (UTILIZAÇÃO)	AFORAMENTO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010494-30

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00017.000-5
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DAS FLORESTAS, 24, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	PEDRO GOMES NETO
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	69,36
FRENTE DO TERRENO (m):	4,70
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	69,36
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010606-71

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00108.000-0
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	PRAIA ENG JOSE GONÇALVES,10, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	MANOEL CHAGAS DE OLIVEIRA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	127,28
FRENTE DO TERRENO (m):	5,60
LADO DIREITO (m)	2,10
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	127,28
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010653-98

DATA DO CADASTRAMENTO:	02/10/1991
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.005225.000-6
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DAS FLORESTAS, 106, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	ESPOLIO DE MANOEL RODRIGUES BATISTA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	53,13
FRENTE DO TERRENO (m):	4,20
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	53,13
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010490-07

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00018.000-0
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA SÃO JOÃO, 22 , ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	PEDRO GOMES NETO
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	134,67
FRENTE DO TERRENO (m):	6,70
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	134,67
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 10469.001019/87-45

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00641.000-8
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	PRAÇA ENG JOSE GONÇALVES, 6, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-710
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	WILIANS DE SOUZA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	32,16
FRENTE DO TERRENO (m):	3,25
LADO DIREITO (m)	13,60
LADO ESQUERDO (m)	12,80
FUNDOS (m)	1,80
UNIÃO (m ²)	32,16
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 00000000666800

DATA DO CADASTRAMENTO:	20/04/1993
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00289.000-5
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	PRAÇA ENG JOSE GONÇALVES, 2, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	WILIANS DE SOUZA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	147,23
FRENTE DO TERRENO (m):	9,35
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	147,23
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 000009012487900

DATA DO CADASTRAMENTO:	15/05/1993
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00263.000-3
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DAS FLORESTAS,37, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	WILIANS DE SOUZA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	102,03
FRENTE DO TERRENO (m):	5,05
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	102,03
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010558-30

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00477.000-8
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DA FLORESTA, 18, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	JOSE MARTINS DE OLIVEIRA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	137,70
FRENTE DO TERRENO (m):	5,40
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	137,70
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010496-00

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00530.000-4
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DAS FLORESTAS, 39, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	FRANCISCA MIRANDA JONAS
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	94,94
FRENTE DO TERRENO (m):	4,60
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	94,94
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010642.35

DATA DO CADASTRAMENTO:	27/09/1991
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00690.000-5
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DA FLORESTA, 62, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	ISAURA TEIXEIRA DE ABREU
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	117,93
FRENTE DO TERRENO (m):	9,90
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	117,93
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 0469.000786/83-13

DATA DO CADASTRAMENTO:	20/09/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00747.000-4
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DAS FLORESTAS, S/N, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	MARINHA COM ACRESCIDO
NOME DO RESPONSÁVEL:	ESTALEIRO NATAL LTDA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	136,50
FRENTE DO TERRENO (m):	9,00
LADO DIREITO (m)	8,60
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	136,50
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 10469.001032/85-41

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00796.000-1
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DA FLORESTA, 132, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	JOAO BATISTA FERREIRA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	97,98
FRENTE DO TERRENO (m):	6,00
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	97,98
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 10469.001549/85-77

DATA DO CADASTRAMENTO:	20/03/1991
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00804.000-3
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DA FLORESTA, 47, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	MARIA ILKA HENRIQUE DA CRUZ
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	72,89
FRENTE DO TERRENO (m):	5,70
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	72,89
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010462-53

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00728.000-0
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DAS FLORESTAS, 47, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	COOP DOS PESACADORES DE NATAL LTDA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	165,00
FRENTE DO TERRENO (m):	11,00
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	165,00
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 10469.001359/87-01

DATA DO CADASTRAMENTO:	07/01/1988
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00865.000-6
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DA FLORESTA, 25, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	MARIA CICERA MARINHO
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	176,75
FRENTE DO TERRENO (m):	9,20
LADO DIREITO (m)	11,40
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	176,75
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 10469.001156/87-16

DATA DO CADASTRAMENTO:	05/01/1988
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00866.000-1
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DA FLORESTA, 52, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	JANETE MIRANDA JONAS
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	68,77
FRENTE DO TERRENO (m):	4,50
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	68,77
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010718-78

DATA DO CADASTRAMENTO:	24/12/1996
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.01399.000-6
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA DAS FLORESTAS, 52, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-600
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	MASSIMO BERTOLOTTI
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	75,00
FRENTE DO TERRENO (m):	6,00
LADO DIREITO (m)	12,50
LADO ESQUERDO (m)	12,50
FUNDOS (m)	5,90
UNIÃO (m ²)	75,00
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 10469.001153/87-28

DATA DO CADASTRAMENTO:	05/01/1988
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00867.000-7
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA 2 RUA DA FLORESTA, 81, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59010-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	JANETE MIRANDA JONAS
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	45,45
FRENTE DO TERRENO (m):	5,05
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	45,45
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010635-06

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00065.000-7
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	PRAIA ENG JOSE GONÇALVES, 14, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	IRACEMA BARBOSA GOMES
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	78,03
FRENTE DO TERRENO (m):	3,85
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m ²)	78,03
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010626-15

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00531.000-0
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	PRAIA ENG JOSE GONÇALVES, 12, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	FRANCISCO CANINDE PINHEIRO DA SILVA
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m ²):	80,00
FRENTE DO TERRENO (m):	4,38
LADO DIREITO (m)	20,15
LADO ESQUERDO (m)	20,50
FUNDOS (m)	3,50
UNIÃO (m ²)	80,00
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010577-00

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00178.000-1
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA SÃO JOÃO, 12, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	MARINHA COM ACRESCIDO
NOME DO RESPONSÁVEL:	JOSEFA BEZERRA DE SOUZA ESPOLIO
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	119,35
FRENTE DO TERRENO (m):	4,90
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	119,35
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010522-29

DATA DO CADASTRAMENTO:	01/01/1987
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00237.000-1
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA SÃO JOÃO, 28, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	ANTONIO FRANCISCO RAMOS
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	253,30
FRENTE DO TERRENO (m):	8,20
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	253,30
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010515-08

DATA DO CADASTRAMENTO:	02/08/1988
CLASSE:	DOMINIAL
RIP SPIU:	1761.00380.000-0
ENDEREÇO DO IMÓVEL:	RUA SÃO JOÃO, 10, ROCAS, NATAL, RN
CEP DO IMÓVEL:	59001-000
NATUREZA:	URBANO
CONCEITUAÇÃO:	ACRESCIDO DE MARINHA
NOME DO RESPONSÁVEL:	ALCIDES ARAUJO
ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):	293,38
FRENTE DO TERRENO (m):	14,45
LADO DIREITO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
LADO ESQUERDO (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
FUNDOS (m)	SEM DADOS NO PROCESSO
UNIÃO (m²)	293,38
REGIME (UTILIZAÇÃO)	OCUPAÇÃO
SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)	NORMAL

NÚMERO DO PROCESSO: 40-80-010487-01

<i>DATA DO CADASTRAMENTO:</i>	05/05/1989
<i>CLASSE:</i>	DOMINIAL
<i>RIP SPIU:</i>	1761.00875.000-0
<i>ENDEREÇO DO IMÓVEL:</i>	RUA SÃO JOÃO, 26, ROCAS, NATAL, RN
<i>CEP DO IMÓVEL:</i>	59010-000
<i>NATUREZA:</i>	URBANO
<i>CONCEITUAÇÃO:</i>	MARINHA COM ACRESCIDO
<i>NOME DO RESPONSÁVEL:</i>	AMERICA DE QUEIROZ LIMA
<i>ÁREA DO TERRENO TOTAL (m²):</i>	145,70
<i>FRENTE DO TERRENO (m):</i>	4,80
<i>LADO DIREITO (m)</i>	SEM DADOS NO PROCESSO
<i>LADO ESQUERDO (m)</i>	SEM DADOS NO PROCESSO
<i>FUNDOS (m)</i>	SEM DADOS NO PROCESSO
<i>UNIÃO (m²)</i>	145,70
<i>REGIME (UTILIZAÇÃO)</i>	OCUPAÇÃO
<i>SITUAÇÃO (UTILIZAÇÃO)</i>	NORMAL